

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO SEI N.º 8710.2025/0000518-5**

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 012/2025**

**TIPO: MENOR PREÇO**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/09/2025 às 10h**

**MODO DE DISPUTA: FECHADO**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO**

**OBJETO:** Registro de Preços para contratação de serviços especializados de Fábrica de Software, com pagamento por medição com base em Unidades de Remuneração Profissional (URPs), para manutenção evolutiva do Sistema Automático de Análise de Dados Espaciais (SAADE) por meio do desenvolvimento sob demanda de aplicações intensivas em dados de escopo previamente definido, com base no *data lake* e nas funcionalidades já disponibilizadas.

**ANEXOS**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;**

**ANEXO III – MODELOS DE DECLARAÇÕES;**

**ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;**

**ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO.**

A **AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO - ADE SAMP** (“**ADE SAMP**”), Serviço Social Autônomo, pessoa jurídica de direito privado de fins não econômicos, de interesse coletivo e de utilidade pública, vinculado, por cooperação, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho da Prefeitura de São Paulo, com sede na Rua Líbero Badaró, 425, 11º andar, Centro, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.154.061/0001-83, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, em vista da necessidade de Contratação de serviços especializados de Fábrica de Software, com pagamento por medição com base em Unidades de Remuneração Profissional (URPs), para manutenção evolutiva do Sistema Automático de Análise de Dados Espaciais (SAADE) por meio do desenvolvimento sob demanda de aplicações intensivas em dados de escopo previamente definido, com base no *data lake* e nas funcionalidades já disponibilizadas, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de seleção na modalidade

**CONCORRÊNCIA**, do tipo **MENOR PREÇO**, para selecionar a empresa que apresentar proposta comercial de acordo com o objeto e os critérios estipulados neste Edital e em seus Anexos, conforme o disposto no [Regulamento Interno de Compras, Contratações, Alienações e Parcerias \(RICCAP\)](#). Na data e horário abaixo indicados será realizada a sessão pública presencial para recebimento e abertura de envelopes com os documentos, as propostas técnicas e as propostas comerciais elaboradas pelas empresas inscritas no presente certame, conforme o disposto no item 8 “**DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DA ABERTURA DOS ENVELOPES**”.

## **1. EMBASAMENTO LEGAL**

- 1.1. O procedimento de seleção para contratação e os atos dele decorrentes observarão as disposições contidas no RICCAP - Regulamento Interno de Compras, Contratações, Alienações e Parcerias da Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE SAMPÁ e, subsidiariamente, na Lei Federal n.º 14.133/2021, no Decreto Municipal n.º 62.100/2022, no Decreto Municipal n.º 56.475/2015 e na Lei Complementar n.º 123/2006, e das demais normas complementares aplicáveis.

## **2. OBJETO**

- 2.1. O objeto do procedimento de seleção é o Registro de preços para **contratação de serviços especializados de Fábrica de Software, com pagamento por medição com base em Unidades de Remuneração Profissional (URPs), para manutenção evolutiva do Sistema Automático de Análise de Dados Espaciais (SAADE) por meio do desenvolvimento sob demanda de aplicações intensivas em dados de escopo previamente definido, com base no *data lake* e nas funcionalidades já disponibilizadas**. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2.2. O procedimento de seleção será conforme Termo de Referência, facultando-se ao interessado a participação em quantos itens forem de seu interesse. O procedimento de seleção será realizado em único item.

## **3. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com

a indicação da concorrente vencedora, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

- 3.2. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio da ADE SAMPA e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 3.3. A existência de preços registrados implicará compromisso, pela concorrente, de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a ADE SAMPA a contratar, facultada a realização do procedimento de seleção específico para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 3.4. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste edital, a ADE SAMPA poderá convocar os concorrentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no deste Edital.

#### 4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. O certame será realizado no dia **12/09/2025** às 10h na **Rua Líbero Badaró, 425, 11º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP 01009-905**.
- 4.2. Poderão participar da presente concorrência qualquer empresa interessada, desde que observadas as condições do item 4.6. abaixo.
- 4.3. O edital estará disponível gratuitamente no sítio eletrônico da ADE SAMPA por meio do link <https://adesampa.com.br/adeeditais/concorrencial/>, de modo que os interessados poderão se inteirar das condições de participação da sessão pública.
- 4.4. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar todas as informações solicitadas nesta **CONCORRÊNCIA** e seu Representante Legal deverá assinar os documentos físicos correspondentes ao **Envelope nº 01, Envelope nº 02 e Envelope nº 03** e submetê-los à análise da comissão de seleção.
- 4.5. Todos os documentos contidos nos envelopes e eventuais correspondências eletrônicas trocadas entre as empresas interessadas e a comissão deverão ser apresentados em português, sendo assegurada sua publicidade. A participação no presente certame com a entrega dos **Envelopes n.º 01, 02 e 03** implica na aceitação integral e irrevogável por parte das empresas interessadas aos termos estabelecidos nesta **CONCORRÊNCIA**, em seus anexos e nas normas que regem a matéria, especialmente o RICCAP.
- 4.6. Não poderão participar do procedimento de seleção as empresas que:
  - 4.6.1. Estejam sob processo de falência e concordata;

- 4.8.** Será admitida a adesão de outros órgãos posteriormente a publicação do sistema de registro de preços conforme preceitua o artigo 41 do RICCAP e demais legislações pertinentes.

## 5. DÚVIDAS/ESCLARECIMENTOS

- 5.1. Qualquer concorrente poderá solicitar esclarecimentos sobre a **CONCORRÊNCIA** à Comissão através do campo próprio designado para tal fim no [sítio eletrônico oficial da ADE SAMPA](#), desde o dia da publicação do Edital no Diário Oficial do Município de São Paulo até 02 (dois) dias úteis antes da sessão pública.
- 5.2. A Comissão publicará as respostas aos pedidos de esclarecimentos no [sítio eletrônico oficial da ADE SAMPA](#) até a data da sessão pública.
- 5.3. Vencidos os prazos regulamentares, não serão aceitas quaisquer esclarecimentos, alegações, declaração de desconhecimento de fatos, partes ou detalhes como justificativas para impedimento do encaminhamento normal das atividades relativas ao pleito ou para o não cumprimento de acordos pactuados em instrumentos contratuais.
- 5.4. Em nenhuma hipótese serão respondidos esclarecimentos por telefone ou pessoalmente.

## 6. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 6.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o presente Edital, até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante manifestação apresentada no [sítio eletrônico oficial da ADE SAMPA](#).
- 6.2. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar a cópia digitalizada dos seguintes documentos:
  - 6.2.1. Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) se o impugnante for pessoa física.
  - 6.2.2. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.
  - 6.2.3. Caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão.
- 6.3. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no [sítio eletrônico oficial da ADE SAMPA](#) para visualização dos interessados, até o último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 6.4. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.
- 6.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital.

**6.5.1.** A concessão de efeito suspensivo aos prazos do Edital é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação.

## **7. DA SUBMISSÃO DOS ENVELOPES E DA REPRESENTAÇÃO DAS LICITANTES**

- 7.1.** O conteúdo relativo aos envelopes deverá ser entregue à comissão pelo representante de cada concorrente, no dia, hora e endereço indicados neste Edital para que possam participar da sessão pública.
- 7.2.** Os documentos deverão ser apresentados em envelopes lacrados, indevassáveis e identificados com o número do envelope, número do processo SEI, número do edital e nome da concorrente, de modo que toda a comissão deverá verificar o lacre dos envelopes, bem como se os mesmos estão indevassáveis e identificados. As folhas dos documentos deverão estar organizadas e numeradas sequencialmente, preferencialmente na ordem em que forem exigidas neste Edital, de modo a facilitar a conferência e análise pela Comissão de Seleção.
- 7.3.** Caso exista algum envelope não lacrado ou que de alguma forma permita a visibilidade do conteúdo, os envelopes serão devolvidos e o concorrente será desclassificado do certame.
- 7.4.** Cada concorrente deverá, nos atos do presente certame, fazer-se representar na sessão pública por pessoa devidamente autorizada, submetendo por meio dos seguintes documentos em formato impressos, os quais serão apresentados de forma externa aos envelopes:
- 7.4.1.** Última alteração do Contrato/Estatuto Social da concorrente, onde conste as disposições de sua representação, de forma a comprovar que seu representante presente na sessão tem poderes para tal.
    - 7.4.1.1.** Na hipótese de o representante ter sido nomeado ou eleito em separado, será necessária a apresentação do ato de sua nomeação ou de sua eleição, devidamente registrado no órgão competente.
    - 7.4.1.2.** Se procurador, deverá apresentar também procuração lavrada por instrumento público ou particular, esta última com firma reconhecida, indicando a outorga de poderes na forma exigida do Contrato/Estatuto Social. Ressalta-se que o procurador deverá estar presente na sessão de licitação.
    - 7.4.1.3.** Cópia simples do RG, CNH ou outro documento oficial de identidade;

- 7.5. A incorreção de qualquer dos documentos referidos acima inviabilizará a representação da concorrente durante a sessão pública.
- 7.6. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um concorrente.
- 7.7. Envelopes serão divididos em **ENVELOPE Nº 01**, **ENVELOPE Nº 02** e **ENVELOPE Nº 03**, devendo ser submetidos conjuntamente à comissão na forma indicada no subitem 7.1 acima, contendo, cada um, a seguinte relação de documentos:

**7.7.1. ENVELOPE Nº 01: DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO**

7.7.1.1. Última alteração do Contrato/Estatuto Social da concorrente, onde conste as disposições de sua representação, de forma a comprovar que seu representante presente na sessão tem poderes para tal.

7.7.1.1.1. Na hipótese de o representante ter sido nomeado ou eleito em separado, será necessária a apresentação do ato de sua nomeação ou de sua eleição, devidamente registrado no órgão competente.

7.7.1.1.2. Se procurador, deverá apresentar também a procuração deve ser lavrada por instrumento público ou particular, esta última com firma reconhecida, indicando a outorga de poderes na forma exigida do Contrato/Estatuto Social

7.7.1.2. Cópia simples do RG, CNH ou outro documento oficial de identidade;

**7.7.2. ENVELOPE Nº 02: PROPOSTA COMERCIAL**

7.7.2.1. Proposta comercial, na forma do **Anexo II - Modelo de Apresentação da Proposta Comercial**, devidamente preenchida com as informações comerciais em português, valores em reais (R\$), **papel timbrado da concorrente**, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com prazo de validade, não inferior a 90 (noventa) dias contados da data de sua apresentação, informações para contato (nome, departamento, telefone e e-mail) e assinada pelo(s) representante(s) legal(is) ou outorgado da concorrente.

7.7.2.2. A proposta comercial deverá contemplar **todos os componentes e demais elementos solicitados no Anexo I – Termo de Referência** com todos os custos associados aos serviços tais como: mão de obra, salários, encargos trabalhistas, benefícios, despesas com

locomoção, impostos, seguros, transportes para a mobilização e a desmobilização de pessoal, entre outros pertinentes.

**7.7.2.3.** Os encargos sociais e trabalhistas, deverão ser apresentados de acordo com o dissídio da categoria do ano em curso.

**7.7.2.4.** A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita operação do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a concorrente pleitear acréscimo após a entrega das propostas.

**7.7.3. ENVELOPE Nº 03: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, ECONÔMICO- FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**7.7.3.1.** Documentos comprobatórios de sua **regularidade jurídica e fiscal** indicados abaixo:

**7.7.3.1.1.** Cópia de ato constitutivo da concorrente (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado e autenticado na Junta Comercial. Empresas com sede em São Paulo, poderão eventualmente utilizar o portal da JUCESP na internet pelo link: <https://www.jucesponline.sp.gov.br>.

**7.7.3.1.1.1.** Caso haja anotação na ficha de breve relato, deverá ser fornecida a correspondente certidão de objeto e pé da referida anotação;

**7.7.3.1.2.** Cópia autenticada do registro comercial no caso de empresa individual;

**7.7.3.1.3.** Comprovante de Inexistência de Registros no CADIN Municipal, disponível no site da Secretaria Municipal da Fazenda, via internet pelo link: [http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin/Pesq\\_Deb.aspx](http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin/Pesq_Deb.aspx);

**7.7.3.1.4.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), disponível no portal da Receita Federal do Brasil na internet pelo link:



<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/consultas-cnpj>;

- 7.7.3.1.5.** Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS - CRF), disponibilizado no portal da Caixa Econômica Federal na internet pelo link: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;
- 7.7.3.1.6.** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, disponível pelo portal da Secretaria Municipal da Fazenda na internet pelo link: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/servicos/certidoes/index.php?p=2407>;
- 7.7.3.1.7.** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo: <https://www10.fazenda.sp.gov.br/CertidaoNegativaDebitos/Pages/EmissaoCertidaoNegativa.aspx> e da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, disponível no portal da Secretaria Estadual da Fazenda na internet pelo link: <http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>;
- 7.7.3.1.8.** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive Previdência Social, expedida pela Secretaria da Receita Federal, pelo link: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>
- 7.7.3.1.9.** Prova de regularidade trabalhista, com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT),

disponível no portal da Justiça do Trabalho na internet pelo link <http://www.tst.jus.br/certidao>;

**7.7.3.1.10.** Certidão Negativa de Falência ou Concordata, disponível no portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na internet pelo link e-SAJ ([tjsp.jus.br](http://tjsp.jus.br));

**7.7.3.1.11.** Declarações constantes nos modelos do **Anexo III** deste Edital, na medida do enquadramento da concorrente, devidamente assinados por seu(s) representante(s) legal(is) ou outorgado(s);

**7.7.3.2. Qualificação econômico-financeira:**

**7.7.3.2.1.** Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, disponível para as empresas localizadas em São Paulo através do portal do Tribunal de Justiça de São Paulo na internet por meio do link: <https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do>.

**7.7.3.2.2.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

**7.7.3.2.3.** O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

**7.7.3.2.4.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

**7.7.3.2.5.** As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicadas, de acordo com a legislação pertinente.

**7.7.3.3. Qualificação técnica:**

**7.7.3.3.1.** Apresentação de certidões e/ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.

**7.7.3.3.2.** Para fins de comprovação da qualificação técnica, as licitantes deverão demonstrar a experiência e a formação dos profissionais que compõem sua equipe, conforme os perfis e requisitos mínimos abaixo, os quais estão detalhados no **item 3.2 e item 4** do Anexo I - Termo de Referência.

**a) Nível Júnior:**

**Perfil: Cientista de Dados:** Exige formação superior completa em Ciência de Dados, Engenharia, Estatística, Matemática, Computação ou afins; e/ou experiência mínima de 1 (um) ano em projetos acadêmicos ou pessoais aplicando ciência de dados; e/ou estágios ou experiências práticas em análise de dados e/ ou contribuição para projetos *open source* ou repositórios no GitHub.

**b) Nível Pleno:**

**Perfil: Engenheiro de Software Full Stack:** Exige 6 (seis) anos de experiência comprovada no desenvolvimento de aplicações frontend e backend, ou formação superior completa em Ciência da Computação, Engenharia de Software, Sistemas de Informação ou áreas correlatas com

experiência mínima de 3 (três) anos na área, com projetos significativos desenvolvidos profissionalmente.

**Perfil: Gestor de Projeto:** Exige formação superior completa em Administração Pública/ Gestão de Políticas Públicas, ou ensino superior em qualquer área de formação, acompanhado de pós-graduação/especialização nas áreas acima listadas; experiência comprovada de mais de 3 anos em gestão de projetos; no mínimo, 1 (uma) experiência de atuação com a Administração Pública direta ou indireta; no mínimo, 1 (uma) experiência de atuação com projetos de tecnologia da informação.

**c) Nível Sênior:**

**Perfil: Engenheiro de Dados:** Exige 10 (dez) anos de experiência com *cloud computing* e servidores Linux e 6 (seis) anos atuando como engenheiro web (front-end e back-end) ou formação superior completa em Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Sistemas de Informação, Engenharia de Software, Estatística ou Matemática Aplicada ou áreas afins ao trabalho de engenharia de dados, ou ensino superior em qualquer área de formação, acompanhado de pós-graduação/ especialização nas áreas acima listadas com experiência comprovada de mais de 6 (seis) anos em desenvolvimento e otimização de pipelines de dados, arquitetura de dados escaláveis e conhecimento avançado em bancos de dados, processamento distribuído e infraestrutura em nuvem.

**Perfil: Engenheiro de Software Full Stack/Tech Lead:** Exige 10 (dez) anos de experiência comprovada no desenvolvimento de aplicações front-end e back-end ou formação superior completa em Ciência da Computação, Engenharia de Software, Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou áreas afins ao trabalho de desenvolvimento de software, ou ensino superior em qualquer área de formação, acompanhado de pós-graduação/especialização nas áreas acima listadas com experiência comprovada de mais de 6 anos em análise e desenvolvimento de sistemas Full Stack;

\* **Perfil: Designer de UX/UI:** Exige formação superior completa em Design Gráfico, Design de Produto e/ou Design Digital; Pós-graduação na área de

Design, Design Estratégico e Inovação, UX/UI e áreas correlatas; no mínimo, 5 anos de atuação em projetos de Web e App UX (Experiência do Usuário no Digital), Web e App UI (Interface do Usuário no Digital), Design de Apresentações (PPT), Design Editorial, Infográfico | DataVis (Visualização de Dados), Design de Identidade Visual.

**d) Nível Especialista: \***

**Perfil: Especialista em Machine Learning:** Exige Pós-graduação nível Doutorado em Matemática, Matemática Aplicada, Física ou Ciência da Computação; Experiência em elaboração de artigos científicos, projetos de fomento e relatórios técnicos na área de aprendizagem de máquina e visão computacional; Experiência no desenvolvimento de modelos de aprendizagem de máquina e visão computacional; Experiência no desenvolvimento de modelos de classificação para área de sensoriamento remoto.

**7.7.3.4.** A experiência e as habilidades deverão ser comprovadas por meio da apresentação de currículos, diplomas, certificados, portfólios, atestados de capacidade técnica e/ou notas fiscais que evidenciem as atividades exercidas, conforme detalhado no Anexo I – Termo de Referência.

**7.7.3.5.** Deverá comprovar, obrigatoriamente, a existência de vínculo com os profissionais indicados por meio da apresentação de cópia de contrato de trabalho vigente, contrato de prestação de serviços ativo ou outro instrumento legal que comprove o vínculo jurídico entre a empresa e o(s) profissional(is) responsável(is) pela execução das atividades, conforme o item 4.1.2 do Anexo I – Termo de Referência.

## **8. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

**8.1.** Na sessão de abertura dos envelopes, na data e hora indicadas nesta **CONCORRÊNCIA**, diante dos representantes das concorrentes, devidamente identificados após a entrega de todos os envelopes, a comissão dará início aos trabalhos.

- 8.2. O não acompanhamento do representante da concorrente dos atos de recebimento e abertura dos envelopes da sessão pública não ensejará reclamações ou obstará o prosseguimento dos trabalhos da comissão, bem como não influenciará em suas decisões.
- 8.3. Serão abertos pela comissão primeiramente os **Envelopes nº 01** dos concorrentes, contendo documentos de representação.
- 8.4. Verificada a regularidade e autenticidade da representação das concorrentes, a sessão pública seguirá com a abertura dos **Envelopes nº 02**, com as propostas comerciais, que serão verificadas pela comissão e pelos representantes presentes.
- 8.4.1. A comissão poderá consultar a área técnica responsável para que sejam feitas as análises, o julgamento e a classificação das propostas, conforme critérios definidos no **Anexo I – Termo de Referência**.
- 8.5. Os **Envelopes nº 02** serão avaliados única e exclusivamente por meio dos documentos constantes das propostas, sem recorrer a qualquer espécie de informação externa, não podendo conter expressões/informações de interpretação dúbia, lacunas ou omissões substantivas que possam prejudicar o processo de avaliação.
- 8.6. Caso sejam constatadas ausência, inelegibilidade ou incompatibilidade, de documentos ou de assinaturas, falhas ou erros de preenchimento irrecuperáveis e que prejudiquem a avaliação objetiva da proposta, segundo os critérios contidos neste certame, a proposta será rejeitada e, conseqüentemente, não será considerada para fins de avaliação.
- 8.7. Os erros de cálculo poderão ser retificados durante a sessão pública segundo os seguintes critérios:
- 8.7.1. Se existir uma discrepância entre preços unitários e os preços globais, obtidos em função das quantidades, prevalecerá o preço global, conforme valor apresentado no “Valor Global” da proposta Comercial;
- 8.7.2. Se existir discrepância entre valores por extenso e numérico, prevalecerá o valor por extenso;
- 8.7.3. Caso o concorrente não ratifique a correção dos erros, a proposta será rejeitada.
- 8.7.4. Se faltarem dados, inviabilizando a aplicação dos critérios acima estabelecidos para recuperação das lacunas ou erros detectados, a proposta será rejeitada.

- 8.8. Após a abertura das propostas contidas nos **Envelopes nº 02**, é vedada a inclusão de quaisquer outros documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.
- 8.9. Caso a sessão seja suspensa para análise de documentação com retomada em dia e hora posteriormente informada pela(o) presidente da sessão, a ausência de algum concorrente não ensejará reclamações ou obstará o prosseguimento dos trabalhos da comissão, bem como não influenciará em suas decisões.

## 9. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1. O julgamento das propostas comerciais consistirá em determinar a classificação dos concorrentes em função da contemplação de todos os requisitos descritos no **Anexo I - Termo de Referência** desta **CONCORRÊNCIA** no quesito “**Menor Valor**” apresentado.
- 9.1.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o critério de desempate será aquele descrito no art. 25 da Norma Complementar 01.
- 9.2. Serão desclassificadas as propostas comerciais que:
- 9.2.1. Não atenderem às exigências deste edital e o interesse da Agência, bem como as que estiverem incompletas ou com borrões, rasuras, entrelinhas, emendas, ressalvas ou omissões que, a critério da comissão julgadora, não permitam o seu entendimento ou comprometam seu conteúdo;
  - 9.2.2. Estiverem com preço excessivo, assim considerado aquele que exceder o valor referencial obtido mediante pesquisa mercadológica, irrisórios ou de valor zero, nos termos do RICCAP;
  - 9.2.3. Estiverem com preço manifestamente inexequível, nos termos do RICCAP;
  - 9.2.4. Contiverem seus erros aritméticos corrigidos e o concorrente recusar-se a aceitar a correção;
  - 9.2.5. Os quantitativos da proposta comercial não forem compatíveis com o que consta no **Anexo I - Termo de Referência**.
  - 9.2.6. Verificadas as propostas comerciais submetidas pelos concorrentes e, na hipótese da proposta de menor valor não ser aceitável por apresentar valor acima do valor referencial apurado pela **ADE SAMP**, com base nos critérios de vantajosidade e economicidade previstos no RICCAP e visando aproveitar o certame, a comissão realizará a negociação junto ao concorrente que

apresentou o menor valor a fim de que seja alcançado melhor preço, ou seja, igual ou inferior ao valor referencial estimado pela **ADE SAMPA**.

**9.2.7.** Não obtendo sucesso, a oferta será desclassificada pela comissão e proceder-se-á à verificação da proposta imediatamente posterior (obedecendo-se à classificação dos concorrentes) até a obtenção do valor referencial ou menor.

**9.2.8.** Caso não haja qualquer proposta comercial ofertada pelos concorrentes que sejam aptas a atender, minimamente, o valor referencial, a sessão pública será declarada fracassada, ficando a critério de a **ADE SAMPA** estabelecer novo certame ou, considerando-se o disposto no artigo 83, inciso II, alínea “c”, da Norma Complementar nº 01 do RICCAP, proceder à contratação direta após nova pesquisa mercadológica.

**9.2.9.** As empresas abarcadas pela Lei 123/06, não terão direito de preferência nesta concorrência em virtude do valor referencial ser superior ao limite de faturamento deste tipo de empresas.

## **10. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E DO RESULTADO**

**10.1.** Será classificado para a etapa de Habilitação Jurídica e Fiscal o concorrente aprovado na etapa anterior.

**10.2.** O concorrente que estiver na condição descrita no item acima terá seu **Envelope nº 03** aberto para apuração de sua regularidade jurídica, fiscal e técnica, sendo eliminado caso apresente alguma pendência apontada pelos respectivos órgãos públicos e/ou privados responsáveis.

**10.3.** A não apresentação de qualquer documento estipulado no **Envelope nº 03** acarretará a inabilitação da concorrente.

**10.4.** O Presidente da Comissão de Seleção poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do artigo 17, da Norma Complementar 01 do RICCAP.

**10.5.** O resultado do certame com o nome do concorrente vencedor constará na ata da sessão pública e será divulgado no sítio eletrônico oficial da **ADE SAMPA** na internet no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a sessão.



**10.6.** É facultado à **ADE SAMPA**, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidas, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova sessão pública, ou revogar o procedimento de seleção..

**10.6.1.** O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo e divulgado no sítio eletrônico oficial da ADE SAMPA.

**10.6.2.** Na sessão o Presidente da Comissão de Seleção convocará as concorrentes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e concorrente que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva concorrente declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da seleção para contratação.

**10.7.** Caso não haja interesse das concorrentes convocadas o objeto poderá ser contratado por meio de Contratação Direta conforme artigo 83, inciso II, alínea “a” da Norma Complementar nº 01 do RICCAP.

## **11. RECURSOS**

**11.1.** Da sessão pública caberá recurso por parte do(s) concorrente(s) que discordar(em) de algum ato, procedimento ou mesmo do resultado do julgamento das Propostas Comerciais.

**11.2.** Havendo interesse no recurso, o(s) concorrente(s) deverão se manifestar nesse sentido durante a sessão pública, sendo registrada em ata sua intenção de recorrer e, no prazo de até 03 (três) dias úteis após a sessão pública, o(s) concorrente(s) deverá(ão) apresentar as razões de seu recurso, por escrito, devidamente fundamentada através do sítio eletrônico oficial da ADE SAMPA por meio do link <https://adesampa.com.br/adeeditais/concorrencial/> até às 18h do último dia do prazo.

**11.3.** Caso as razões de recurso do(s) concorrentes mencione quaisquer outros participantes do certame, de modo a vir a ter sua situação afetada, será dado o prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente, para que, se for de seu interesse, possa se defender das alegações, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

**11.4.** O(s) recurso(s) e seu(s) respectivo(s) julgamento(s) será(ão) avaliado(s) pelo Presidente da **ADE SAMPA**, e publicado(s) no sítio eletrônico oficial da ADE SAMPA, sendo sua decisão soberana no âmbito administrativo. O(s) recurso(s) ficará(ão)

disponibilizado(s) no sítio eletrônico oficial da ADE SAMPA na data em que forem interpostos, assim como a(s) respectiva(s) decisão(ões).

## **12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o procedimento de seleção será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 14, inciso VI e art. 55, inciso VI, da Norma Complementar nº 01 do RICCAP.

## **13. PREÇO E DOS PRAZOS**

- 13.1. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela contratante a quem for o mesmo homologado.
- 13.2. Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Ade Sampa, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.
- 13.3. Os preços serão reajustados após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta.
- 13.4. Os contratos decorrentes desta ata de registro de preço, serão reajustados após 12(doze) meses da assinatura do mesmo.
- 13.5. A Ata de Registro de preços, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite disposto no art. 29 do RICCAP, desde que:
  - 13.5.1. Haja anuência das partes;
  - 13.5.2. A DETENTORA tenha cumprido satisfatoriamente suas obrigações;
  - 13.5.3. Pesquisa prévia que comprove que os preços são compatíveis com os de mercado.
- 13.6. Os contratos advindos desta ARP, poderão ser prorrogados até o limite estabelecido no art. 93 da Norma Complementar I.

## **14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 14.1. Homologado o resultado da concorrência, a concorrente mais bem classificada terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para

assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no RICCAP.

**14.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do concorrente mais bem classificada, desde que:

**14.2.1.** A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo, e;

**14.2.2.** A justificativa apresentada seja aceita pela ADE SAMPA;

**14.2.3.** Se a recusa em celebrar a ata for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar as penalidades previstas.

**14.2.4.** Para a assinatura da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, a concorrente vencedora deverá apresentar:

**14.2.4.1.** Última alteração do Contrato/Estatuto Social da concorrente, onde conste as disposições de sua representação, de forma a comprovar que seu representante legal tem poderes para tal.

**14.2.4.1.1.** Na hipótese de o representante ter sido nomeado ou eleito em separado, será necessária a apresentação do ato de sua nomeação ou de sua eleição, devidamente registrado no órgão competente.

**14.2.4.1.2.** Se procurador, deverá apresentar também a procuração deve ser lavrada por instrumento público ou particular, esta última com firma reconhecida, indicando a outorga de poderes na forma exigida do Contrato/Estatuto Social

**14.2.4.2.** Comprovante de inexistência de registros no CADIN Municipal, disponível no site da Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo;

**14.2.4.3.** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários;

**14.2.4.4.** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, disponível no portal da Secretaria Estadual da Fazenda;

- 14.2.4.5.** Certidão Negativa de Falência ou Concordata, disponível no portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ou outro Tribunal relativo à sede da concorrente vencedora;
- 14.2.4.6.** Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS-CRF), disponibilizado no portal da Caixa Econômica Federal;
- 14.2.4.7.** Prova de regularidade trabalhista, com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), disponível no portal da Justiça do Trabalho;
- 14.2.5.** Certidão de regularidade de débito com a Receita Federal, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

## **15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 15.1.** Após a homologação da concorrência, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 15.2.** Dos concorrentes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação no procedimento de seleção e;
  - 15.2.1.** Dos concorrentes que mantiverem sua proposta original.
- 15.3.** As contratações respeitarão a ordem de classificação dos concorrentes registrados na ata.
- 15.4.** A apresentação de novas propostas dos concorrentes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma do item 15.2 não prejudicará o resultado do certame em relação ao concorrente mais bem classificado.
- 15.5.** Os concorrentes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original, com valor superior.
- 15.6.** A habilitação dos concorrentes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos concorrentes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
  - 15.6.1.** Quando o concorrente vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

- 15.6.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no art 28 e no art. 29 do Decreto Federal nº 11.462/23.
- 15.7.** Na hipótese de nenhum dos concorrentes remanescentes aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, nos termos e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a ADE SAMPA, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 15.8.** Convocar os concorrentes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário:
- 15.8.1.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos concorrentes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **16. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 16.1.** Durante a vigência desta ata de registro de preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal, poderão aderir à ata nas condições e observados os limites e regras estabelecidos neste instrumento, bem como os seguintes requisitos:
- 16.2.** Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado; e
- 16.2.1.** Consulta e aceitação prévias da ADE SAMPA e do fornecedor.
- 16.2.2.** A autorização da ADE SAMPA apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 16.2.3.** A ADE SAMPA poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 16.2.4.** Após a autorização da ADE SAMPA, o órgão ou entidade deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 16.2.5.** O prazo para efetivar a contratação de que trata a subdivisão acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade, aceita pela ADE SAMPA, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**16.2.6.** É da competência do respectivo órgão ou entidade que tenha aderido à ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação à sua própria contratação, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

## **17. DOS LIMITES PARA AS ADESÕES**

**17.1.** As contratações adicionais decorrentes das adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os participantes.

**17.2.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

## **18. CONDIÇÕES DO AJUSTE**

**18.1.** A contratação decorrente deste procedimento de seleção será formalizada mediante a assinatura do Contrato, do qual deverá constar, em anexo, todas as condições dispostas no artigo 29 do RICCAP.

## **19. PRAZO CONDIÇÕES E LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**19.1.** A Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite disposto no art. 29 do RICCAP, desde que:

**19.1.1.** Haja anuência das partes;

**19.1.2.** A **DETENTORA** tenha cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

**19.1.3.** Pesquisa prévia que comprove que os preços são compatíveis com os de mercado.

**19.2.** Os Contratos advindos desta ARP, poderão ser prorrogados até o limite estabelecido no artigo 93 da Norma Complementar I.

**19.3.** A contratação dos serviços será realizada conforme a necessidade da ADE SAMPA, mediante emissão de Ordem de Início ou documento equivalente, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**19.4** Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES**

**20.1.** Será aplicada a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor de sua proposta, cumulada com a suspensão do direito de participar do processo de seleção para contratação ou de contratar com a ADE SAMPA pelo prazo de até 03 (três) anos, a critério da ADE SAMPA, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ao concorrente que:

- 20.1.1.** Ensejar o retardamento da execução da sessão pública inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes;
- 20.1.2.** Apresentar documentação ou declaração falsa exigida nesta seleção;
- 20.1.3.** Não mantiver a proposta;
- 20.1.4.** Cometer fraude fiscal;
- 20.1.5.** Se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.1.** No julgamento da habilitação e da proposta, o Presidente da Comissão de Seleção poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**21.2.** As normas disciplinadoras deste procedimento de seleção para contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as concorrentes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**21.1.** As concorrentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a ADE SAMPA não será, em nenhum caso, responsável por eles, independentemente da condução ou do resultado do procedimento de seleção.

**21.2.** As concorrentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

**21.3.** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais

e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente e neste Edital, mediante o contraditório e a ampla defesa.

- 21.4.** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão ao RICCAP e, em sua omissão, as disposições deste edital e a legislação vigente.
- 21.5.** A revogação ou anulação do procedimento de seleção para contratação observará os procedimentos e normas previstas no RICCAP e na legislação vigente à época.
- 21.6.** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Presidente da Comissão de Seleção, consultadas, se for o caso, às unidades competentes.
- 21.7.** Integrarão este Edital o ajuste a ser firmado, para todos os fins, seus anexos, a proposta da concorrente vencedora contratada e a ata da sessão e o edital, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.
- 21.8.** A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros. Sob pena de rescisão.
- 21.9.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 21.10.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão poderá ser transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Presidente da Comissão de Seleção.
- 21.11.** Os atos relativos ao procedimento de seleção efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados no processo administrativo SEI pertinente ao certame.
- 21.12.** O resultado desta Concorrência e os demais atos pertinentes a este procedimento de seleção, sujeitos à publicação, serão divulgados no sítio eletrônico oficial da ADE SAMPA.
- 21.13.** O Presidente da Comissão de Seleção e a equipe de apoio que atuarão nesta concorrência foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente.
- 21.14.** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão resolvidas com plena observância ao disposto nos termos do RICCAP e, em sua falta, nas normas previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º 62.100/2022.
- 21.15.** Os interessados devem estar cientes do inteiro teor da Lei n.º 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”) e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de Dados Pessoais, inclusive nos meios digitais, no que diz respeito ao adequado tratamento de tais dados, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida LGPD e demais leis aplicáveis.



**21.16.** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

**São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.**

**COMISSÃO DE SELEÇÃO  
ADE SAMPA**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

Este Termo de Referência (TR) tem por objeto a contratação de serviços especializados de Fábrica de Software, com pagamento por medição com base em Unidades de Remuneração Profissional (URPs), para manutenção evolutiva do Sistema Automático de Análise de Dados Espaciais (SAADE) por meio do desenvolvimento sob demanda de aplicações intensivas em dados de escopo previamente definido, com base no *data lake* e nas funcionalidades já disponibilizadas.

**2. JUSTIFICATIVA**

A presente contratação está sendo realizada no âmbito do Termo de Convênio 01/2023, celebrado entre a Secretaria de Governo Municipal da Prefeitura de São Paulo (SGM) e a Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADE SAMPA). O convênio tem por objetivo desenvolver e implantar o Sistema Automático de Análise de Dados Espaciais (SAADE), uma infraestrutura de dados robusta que busca unificar as informações relativas ao controle de uso e ocupação do solo urbano na cidade de São Paulo e permitir a análise automatizada da viabilidade de projetos públicos e privados.

Por parte da Secretaria de Governo, o convênio fundamenta-se nas competências da Coordenadoria de Tecnologia e Dados (CODATA), que é incumbida de articular com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais com vistas à formalização de parcerias destinadas ao financiamento e desenvolvimento de projetos relacionados à ciência e à engenharia de dados aplicada à Administração Pública (art. 17, inciso VIII, do Decreto nº 64.017/2025). Por sua vez, a Agência São Paulo de Desenvolvimento apoia o convênio com base no disposto no art. 4º, inciso II, da Lei nº 15.838/2013, que autoriza a celebração de convênios e parcerias visando à realização de seu objeto institucional que tenham como partícipes pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, incluindo órgãos da administração municipal (conforme esclarecido pela lei 18.214/2024).

Em consonância com os objetivos estabelecidos na Lei nº 15.838, a ADE SAMPA desenvolve e implementa políticas que promovam a pesquisa, a difusão de tecnologias e a inovação, contribuindo para o fortalecimento da competitividade empresarial. Com vistas a fomentar a construção de uma cidade mais inteligente e conectada – e, por conseguinte, a criar um ambiente empreendedor repleto de oportunidades –, a ADE SAMPA reconhece a necessidade premente de aprimorar a análise e a gestão de dados, assegurando respostas ágeis e eficientes, bem como mitigando as assimetrias informacionais. Nesse contexto, o convênio fundamenta-se na constatação de que os desafios

enfrentados pelos administradores públicos na obtenção de dados relativos ao controle do uso e ocupação do solo são, em grande medida, análogos às dificuldades vivenciadas pelos municípios, especialmente os pequenos empreendedores, que dependem dessas informações para a realização de suas atividades.

Ao planejar obras públicas, a administração deve consultar com precisão o zoneamento da área, verificar se os imóveis afetados estão sujeitos a restrições decorrentes de tombamento, confirmar a inexistência de limitações ambientais e assegurar que os projetos estejam em conformidade com a legislação urbanística. De modo análogo, um pequeno empreendedor que pretenda estabelecer um negócio físico – seja uma loja, restaurante ou pequeno comércio – deve averiguar se o imóvel está situado em zona compatível com a atividade comercial, se não está sujeito a medidas de proteção cultural que possam restringir as intervenções necessárias e se o projeto de reforma para ampliação ou adequação do imóvel ao seu negócio está alinhado às normas urbanísticas vigentes.

Dessa forma, tanto a gestão pública quanto os cidadãos se beneficiam de um serviço que unifique, de maneira confiável, atualizada e com alta disponibilidade, as informações essenciais para a análise de viabilidade de projetos. Todavia, os dados relacionados ao controle do uso e ocupação do solo – fundamentais para tais análises – são produzidos por diversos órgãos da Prefeitura de São Paulo, como as Secretarias de Cultura, Urbanismo e Licenciamento e de Verde e Meio Ambiente. Apesar de muitos desses dados estarem disponíveis em portais públicos, o acesso exige conhecimento especializado e, com frequência, os dados encontram-se dispersos e disponibilizados em formatos inadequados para uma análise eficiente.

Nesse cenário, a eliminação dos silos informacionais relativos aos dados de controle do uso e ocupação do solo permitirá alcançar maior eficiência e eficácia na execução dos projetos da administração municipal, além de fomentar um ambiente de negócios mais favorável ao empreendedorismo na cidade. Tal medida será especialmente benéfica para os pequenos e médios empreendedores, que, em geral, não dispõem de acesso a serviços especializados de consultoria para a análise de viabilidade de projetos.

Com base nesse diagnóstico, o convênio propôs o desenvolvimento do Sistema Automático de Análise de Dados Espaciais (SAADE), uma solução de código aberto e de licença livre, concebida para unificar e disponibilizar, em um único repositório, os dados relativos ao controle do uso e ocupação do solo, bem como oferecer uma ferramenta de análise automática de viabilidade de projetos no território municipal. O SAADE foi estruturado para assegurar a qualidade e a confiabilidade das informações, permitindo o acesso a dados essenciais tanto para a gestão pública quanto para a iniciativa privada, promovendo, dessa forma, maior transparência e eficiência na utilização desses recursos.

O SAADE foi desenvolvido com êxito, resultando na implementação de uma infraestrutura de dados robusta. A Secretaria de Governo dispõe agora de um *data lake* consolidado, composto por dados extraídos e transformados conforme os rigorosos critérios estabelecidos pela curadoria especializada de profissionais da Administração municipal, o que assegura a qualidade e a confiabilidade das informações. Ademais, o sistema incorpora uma ferramenta altamente configurável para a análise automatizada de viabilidade de projetos, ampliando as possibilidades de suporte à tomada de decisão com base em evidências.

Nesse contexto, a presente contratação tem por objeto o desenvolvimento de aplicações que agreguem valor aos dados já estruturados no *data lake* do SAADE e à funcionalidade de análise de viabilidade de projetos que ele detém. Com a infraestrutura de dados estabelecida, objetiva-se desenvolver soluções tecnológicas capazes de proporcionar uma análise avançada das informações, promovendo a tomada de decisão fundamentada em evidências e aprimorando as capacidades analíticas da Administração Pública, além de conferir maior eficiência e assertividade à etapa de análise de viabilidade de projetos públicos e privados.

Para realizar o desenvolvimento das aplicações intensivas em dados mencionadas, a presente contratação será realizada por meio do modelo de Fábrica de Software, com pagamento por medição, com base em Unidades de Remuneração Profissional (URPs). Tal abordagem assegura a disponibilidade de profissionais com perfis diversificados – incluindo cientistas de dados e desenvolvedores web – bem como de diferentes níveis de senioridade, desde profissionais juniores até especialistas. Dessa forma, obtém-se a flexibilidade imprescindível para a execução de projetos sob demanda, de forma a melhor atender as necessidades da Administração Pública.

A contratação será realizada com base na definição prévia do escopo e na estimativa de esforço para cada demanda, sendo a medição expressa em Unidades de Remuneração Profissional (URPs). Cada demanda será formalizada por meio de Ordem de Serviço (OS), previamente planejada e aprovada, com o detalhamento das entregas esperadas, dos perfis profissionais envolvidos e da quantidade estimada de URPs necessárias. Estabelece-se, para fins de controle e dimensionamento técnico, o limite máximo de 1.600 URPs por OS. O pagamento somente será realizado após a entrega dos produtos ou serviços contratados e definidos em cada OS, sua validação técnica e o aceite formal por parte da Contratante.

Diferentemente do modelo de banco de horas, esta abordagem proporciona maior previsibilidade orçamentária e vincula os pagamentos à entrega efetiva e qualificada dos produtos. O esforço previamente pactuado em URPs é utilizado como base para o faturamento, assegurando clareza, controle e alinhamento com os objetivos da Administração.

Além disso, esse modelo permite maior governança sobre os perfis profissionais alocados em cada projeto. Como cada desenvolvimento exige um conjunto específico de competências, é possível ajustar a equipe de acordo com o grau de complexidade da demanda. Por exemplo, no desenvolvimento de um sistema simples de cadastro e consulta (CRUD), é mais eficiente a alocação de um desenvolvedor júnior ou pleno. Já em projetos mais sofisticados, como a implementação de modelos de machine learning, será necessária a atuação de profissionais especialistas, garantindo robustez técnica e melhor aproveitamento dos recursos.

Dessa forma, o uso de URPs por medição contribui para o equilíbrio entre custo e qualidade técnica, otimizando a utilização dos recursos públicos e assegurando que os produtos entregues estejam em conformidade com os padrões exigidos.

Dentre as aplicações, módulos e/ou *plugins* a serem desenvolvidos, destacam-se:

- *Webservices* baseados no paradigma RESTful para acesso e consumo dos dados do *data lake*;
- *Dashboards* e demais ferramentas de visualização de dados, inclusive geoespaciais;
- Sites e aplicações que utilizem os dados do *data lake* para a disseminação de informações relevantes;
- Modelos de *machine learning* e inteligência artificial voltados à análise de padrões e previsão de tendências urbanísticas.

Adicionalmente, os temas prioritários para o desenvolvimento de projetos incluem:

- Aplicações para a identificação do impacto ambiental de obras públicas e privadas, como o monitoramento de exemplares arbóreos afetados e a avaliação da presença de cobertura vegetal na área do projeto;
- Modelos para a detecção de alterações no uso do solo urbano com base em imagens de satélite de alta resolução previamente adquiridas pela Contratante;
- *Dashboards* para a visualização de dados gerenciais relativos às obras públicas e privadas em andamento no território municipal;
- Sites e aplicações web destinados à divulgação de informações referentes à legislação urbanística municipal;
- *Middlewares* e *plugins* para integração com sistemas de outros órgãos e entes da Federação, como o GOV.BR;
- Outras aplicações, funcionalidades e *plugins* a serem solicitadas pela Contratante, conforme a necessidade.

A contratação dos serviços propostos visa, portanto, garantir a evolução contínua do projeto SAADE,

assegurando que suas funcionalidades sejam aprimoradas e ampliadas de forma a maximizar os benefícios gerados para a gestão urbana e para a sociedade como um todo.

Por fim, ressalta-se que o SAADE é um *software* de código aberto, disponibilizado sob licença livre. Tais atributos deverão ser mantidos em todas as soluções desenvolvidas no âmbito desta contratação, assegurando o caráter público e aberto do projeto.

### **3.ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão contratados por demanda, mediante solicitação formal da Contratante. A medição e remuneração dos serviços será realizada com base em Unidades de Remuneração Profissional (URPs), correspondentes ao esforço técnico necessário para o desenvolvimento e entrega dos produtos contratados, conforme validado por meio de relatório aprovado pela Contratante.

Cada demanda será formalizada por meio de Ordem de Serviço (OS), previamente planejada e aprovada, contendo a descrição do escopo, o detalhamento das entregas esperadas, os perfis profissionais envolvidos e a quantidade estimada de URPs necessárias. Será permitida a emissão e a execução simultânea de múltiplas Ordens de Serviço, desde que cada uma respeite o limite técnico de até 1.600 (mil e oitocentas) URPs e com a devida aprovação da Contratante. Demandas que excedam esse limite deverão ser justificadas tecnicamente e também submetidas à aprovação prévia da Contratante.

Para fins de planejamento e controle orçamentário, estabelece-se que o contrato terá uma estimativa total de 20.000 (vinte mil) URPs durante a vigência do contrato, observados os limites máximos por OS e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3.1.A Contratada deverá apresentar o valor de sua URP (Unidade de Remuneração Profissional), que corresponde ao valor, em reais, de uma hora-homem;

3.1.1.Este custo deverá obedecer à seguinte classificação de níveis de qualificação dos profissionais: Júnior - 1 URP, Pleno - 3 URP; Sênior - 6 URP; e Especialista - 8 URP.

3.1.1.1.As URPs somente serão efetivamente faturadas e pagas após o envio do relatório final contendo a descrição detalhada das atividades desenvolvidas e a documentação do(s) produto(s) entregue(s), assim como o código fonte desenvolvido devidamente salvo no repositório da Contratante, com controle de versões e seguindo boas práticas de desenvolvimento;

3.1.1.1.1.Os pagamentos serão realizados de forma variável, conforme a quantidade de URPs efetivamente utilizadas na execução dos projetos formalizados por Ordem de Serviço, conforme detalhado nos respectivos relatórios finais e condicionados à aprovação expressa da Contratante, nos termos do item 3.5 deste Termo de Referência.

3.1.1.2.A Contratada deverá manter registro detalhado da alocação das URPs, especificando a quantidade de horas utilizadas em cada projeto e de cada perfil profissional (júnior, pleno, sênior ou especialista), garantindo a transparência na utilização das URPs e permitindo a conferência e validação por parte da Contratante.

3.1.1.3.A quantidade de URPs a ser despendida para cada projeto, acompanhada da descrição do quantitativo de horas de profissionais de cada perfil (júnior, pleno, sênior ou especialista) a serem alocados no projeto, deverá ser previamente aprovada pela Contratante;

3.1.1.3.1.Uma vez iniciado o projeto, quaisquer alterações no consumo de URPs, nos perfis dos profissionais alocados ou na distribuição das horas por perfil somente poderão ser realizadas mediante aprovação prévia da Contratante.

3.2.A Contratada se compromete a disponibilizar no mínimo um profissional para cada um dos perfis abaixo listados em até 10 dias após a aprovação de um projeto que requeira a atuação de profissional nesse perfil, nos termos do item 3.5 deste Termo de Referência:

#### 3.2.1.Nível Junior

##### 3.2.1.1.Perfil: Cientista de Dados

3.2.1.1.1.Experiência: formação superior completa em Ciência de Dados, Engenharia, Estatística, Matemática, Computação ou afins; e/ou experiência mínima de 1 (um) ano em projetos acadêmicos ou pessoais aplicando ciência de dados; e/ou estágios ou experiências práticas em análise de dados e/ ou contribuição para projetos *open source* ou repositórios no GitHub.

3.2.1.1.2.Competências: colaborar com diversos *stakeholders* para transformar dados em *insights* acionáveis, como camadas de sistema georreferenciado, por meio de ferramentas e técnicas de ETL.

3.2.1.1.3.Conhecimento em ferramentas/ tecnologias: familiaridade com Python (bibliotecas como Pandas, NumPy, Scikit-learn) e SQL para manipulação de dados, além de conhecimentos básicos em estatística, probabilidade e aprendizado de máquina (regressão, classificação, clustering); visualização de dados (Matplotlib, Seaborn); ETL e Data Wrangling; conhecimento em bancos de dados relacionais (PostgreSQL, MySQL) e ferramentas como Jupyter Notebook, Git/GitHub.

#### 3.2.2.Nível Pleno

##### 3.2.2.1.Perfil: Engenheiro de Software Full Stack

3.2.2.1.1.Experiência: 6 (seis) anos de experiência comprovada no desenvolvimento de aplicações frontend e backend, ou formação superior completa em Ciência da Computação, Engenharia de Software, Sistemas de Informação ou áreas correlatas com experiência mínima de 3 (três) anos na área, com

projetos significativos desenvolvidos profissionalmente.

3.2.2.1.2.Competências: atuação conjunta com designers, DevOps, engenheiros de dados e outros desenvolvedores para execução dos projetos; tomada de decisões técnicas e resolução de problemas de forma eficiente, com autonomia e proatividade; documentação do código desenvolvido.

3.2.2.1.3.Conhecimento em ferramentas/ tecnologias: frameworks (React, Angular ou Vue.js), linguagens backend (Node.js, Python, Java ou C#) para criação de APIs RESTful e GraphQL, bancos de dados SQL (PostgreSQL, MySQL, SQL Server) e NoSQL (MongoDB, Redis), conhecimento em arquitetura de software (microservices, serverless e design patterns), experiência com DevOps e infraestrutura (Docker, Kubernetes, CI/CD, cloud computing (AWS, Azure, GCP)), boas práticas de segurança (OAuth, JWT, proteção contra CSRF e SQL Injection), otimização de código e garantia da qualidade através de testes unitários e integração (Jest, Mocha, Cypress, Selenium).

#### 3.2.2.2.Perfil: Gestor de Projeto

3.2.2.2.1.Experiência: formação superior completa em Administração Pública/ Gestão de Políticas Públicas, ou ensino superior em qualquer área de formação, acompanhado de pós-graduação/especialização nas áreas acima listadas; experiência comprovada de mais de 3 anos em gestão de projetos; no mínimo, 1 (uma) experiência de atuação com a Administração Pública direta ou indireta; no mínimo, 1 (uma) experiência de atuação com projetos de tecnologia da informação;

3.2.2.2.2.Competências: habilidades em planejamento estratégico; coordenação de equipes multidisciplinares; gerenciamento de cronogramas e recursos; elaboração de relatórios gerenciais; abertura e monitoramento de tickets de desenvolvimento de sistemas; comunicação eficaz com os diferentes *stakeholders* do projeto; conhecimento em metodologias ágeis e SCRUM.

3.2.2.2.3.Conhecimento em ferramentas/ tecnologias: ferramentas de gestão de projeto (Trello, Clickup, Linear); Kanban; SCRUM.

#### 3.2.3.Nível Sênior

##### 3.2.3.1.Perfil: Engenheiro de Dados

3.2.3.1.1.Experiência: 10 (dez) anos de experiência com *cloud computing* e servidores Linux e 6 (seis) anos atuando como engenheiro web (front-end e back-end) ou formação superior completa em Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Sistemas de Informação, Engenharia de Software, Estatística ou Matemática Aplicada ou áreas afins ao trabalho de engenharia de dados, ou ensino superior em qualquer área de formação,



acompanhado de pós-graduação/ especialização nas áreas acima listadas com experiência comprovada de mais de 6 (seis) anos em desenvolvimento e otimização de pipelines de dados, arquitetura de dados escaláveis e conhecimento avançado em bancos de dados, processamento distribuído e infraestrutura em nuvem;

3.2.3.1.2.Competências: construção e manutenção de pipelines de dados e processos de deploy automatizados; implementação de soluções DevOps com foco em escalabilidade e eficiência operacional; facilidade de aprendizado e rápida adaptação a novas tecnologias; proatividade na resolução de problemas e na melhoria contínua dos processos.

3.2.3.1.3.Conhecimento em ferramentas/ tecnologias: Linguagens e Frameworks (Python); Contêineres e Orquestração (Docker, Kubernetes); Pipeline e Deploy (Dagster, CDK); Versionamento e Integração Contínua (Git, GitLab/GitHub, Jenkins); Monitoramento (Prometheus, Grafana, Cloudwatch, Kibana), Testes (Pytest, Jest, Mocha), Bancos de Dados (SQL/NoSQL).

#### 3.2.3.2.Perfil: Engenheiro de Software Full Stack/ Tech Lead

3.2.3.2.1.Experiência: 10 (dez) anos de experiência comprovada no desenvolvimento de aplicações front-end e back-end ou formação superior completa em Ciência da Computação, Engenharia de Software, Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou áreas afins ao trabalho de desenvolvimento de software, ou ensino superior em qualquer área de formação, acompanhado de pós-graduação/especialização nas áreas acima listadas com experiência comprovada de mais de 6 anos em análise e desenvolvimento de sistemas Full Stack;

3.2.3.2.2.Competências: Liderança técnica e de arquitetura de software, com definição e implementação de soluções integradas; desenvolvimento full stack (front-end e back-end); expertise em práticas DevOps (automação, integração e entrega contínua); forte capacidade de aprendizado e adaptação a novas ferramentas e tecnologias; foco na identificação e resolução proativa de problemas.

3.2.3.2.3.Conhecimento em ferramentas/ tecnologias: Infraestrutura como serviço em provedoras de nuvem pública (AWS, Azure, Google Cloud entre outras); Bancos de dados relacionais (sqlite, PostgreSQL ou similares); Bancos de dados não-relacionais orientados a documentos e/ou colunares (MongoDB, Redis ou similares); Back-end (NodeJS com TypeScript, com a possibilidade de utilização de frameworks como NestJS ou similares); Front-end (React

ou framework de front-end javascript similar (p. ex., VueJS, AngularJS));  
Docker e docker-compose.

#### 3.2.3.3.Perfil: Designer de UX/UI

3.2.3.3.1.Experiência: formação superior completa em Design Gráfico, Design de Produto e/ou Design Digital; Pós-graduação na área de Design, Design Estratégico e Inovação, UX/UI e áreas correlatas; no mínimo, 5 anos de atuação em projetos de Web e App UX (Experiência do Usuário no Digital), Web e App UI (Interface do Usuário no Digital), Design de Apresentações (PPT), Design Editorial, Infográfico | DataVis (Visualização de Dados), Design de Identidade Visual.

3.2.3.3.2.Competências: realização de Facilitação, Oficinas de Cocriação, Pesquisa, Análise, Compilação, Estratégia, Referenciação, Ideação, Priorização, Prototipação, Validação e elaboração de relatórios.

3.2.3.3.3.Conhecimento em ferramentas/ tecnologias: domínio de Softwares de Design (WebDesign, No-Code Web Builder, Ambientes Digitais Colaborativos, Apresentação, Editoração, Design Gráfico 2D, Modelagem 3D, Edição de Vídeos e Pós-Produção).

#### 3.2.4.Nível Especialista

##### 3.2.4.1.Perfil: Especialista em Machine Learning

3.2.4.1.1.Experiência: Pós-graduação nível Doutorado em Matemática, Matemática Aplicada, Física ou Ciência da Computação; Experiência em elaboração de artigos científicos, projetos de fomento e relatórios técnicos na área de aprendizagem de máquina e visão computacional; Experiência no desenvolvimento de modelos de aprendizagem de máquina e visão computacional; Experiência no desenvolvimento de modelos de classificação para área de sensoriamento remoto.

3.2.4.1.2.Competências: responsável por definir arquiteturas inovadoras e estabelecer padrões tecnológicos a serem utilizados pelo projeto inteiro, garantindo a escalabilidade, segurança e desempenho dos sistemas; atua na solução de desafios técnicos avançados, como otimização de performance, alta disponibilidade e arquitetura distribuída, além de trabalhar na interface entre diferentes times, integrando engenharia, dados e segurança.

3.2.4.1.3.Conhecimento em ferramentas/ tecnologias: Domínio em implementações de algoritmos de aprendizagem de máquina, processamento de imagens e visão computacional; Proficiência em linguagens de programação como Python, Java, C++, com destaque para a stack de machine learning e

inteligência artificial da linguagem: numpy, pandas, scikit-learn, tensor flow, pytorch.

**3.2.5.** Ao longo da contratação, em comum acordo entre a Contratante e a Contratada, poderão ser definidos outros perfis de profissionais;

3.2.5.1. Deverá ser apresentada a descrição adequada desse perfil, definindo-se a experiência profissional e/ou formação, as competências e os conhecimentos em ferramentas e tecnologias;

3.2.5.2. Caso seja acordado um perfil profissional distinto dos descritos neste Termo de Referência, é obrigatória a definição do nível de qualificação desse perfil (júnior, pleno, sênior ou especialista) para definição do quantitativo de URPs equivalente as horas de trabalho deste profissional;

3.2.5.2.1. É prerrogativa exclusiva do Contratante aprovar a definição de nível de qualificação para o perfil de profissional proposto.

3.2.5.3. Os perfis de profissionais propostos deverão necessariamente atuar nas áreas de desenvolvimento de sistemas, análise de dados, ciência e engenharia de dados, inteligência artificial, design thinking e gestão de projetos, sendo vetada a aprovação de perfil de profissional que não seja condizente com o objeto da presente contratação;

3.2.5.4. Após a aprovação do novo perfil profissional, a Contratada deverá ser capaz de disponibilizar um profissional com esse perfil em até 10 dias úteis após aprovação de um projeto que requeira atuação de profissional com esse perfil, conforme prazo definido no item 3.4.5;

**3.3.A** Contratada deverá apresentar proposta de trabalho para execução dos serviços de fábrica de software descritos neste Termo de Referência, atendendo à qualificação técnica e experiência demandadas pela Contratante;

**3.3.1.** As atividades listadas no item 3.4, nomeadamente a proposição, aprovação e realização de projetos de desenvolvimento de sistemas serão realizadas em fluxo contínuo ao longo de todo o período da contratação;

**3.4.A** Contratada deverá realizar as seguintes atividades:

3.4.1. Para cada projeto solicitado pela Contratante à Contratada, que conterá as informações descritas no item 3.5.1, a Contratada deverá:

3.4.1.1. Pactuar com a Contratante um prazo para entrega dos serviços e produtos previstos no projeto;

3.4.1.2. Apresentar à Contratante uma proposta com os perfis de profissionais a serem alocados no projeto, de acordo com os perfis descritos no item 3.2 deste Termo de Referência;

3.4.1.2.1. Para garantir que os objetivos do projeto serão atendidos com o nível de qualidade requerido pela Contratante, a Contratada poderá sugerir

modificações nos perfis de profissionais, solicitando a troca de perfil dentre aqueles elencados no item 3.2 do Termo de Referência ou dentre outros perfis já previamente pactuados;

3.4.1.3. Aprovados os perfis de profissionais pela Contratante, a Contratada deverá realizar o cálculo do total de URPs necessárias para a execução do projeto, com a devida descrição da quantidade de horas por categoria de profissional alocado, conforme o item 3.2 do Termo de Referência;

3.4.1.3.1. Cabe à Contratante validar e aprovar o cálculo do total de URPs necessárias e a distribuição de profissionais por perfil para execução do projeto;

3.4.1.4. O projeto será considerado aprovado e, portanto, apto a ser iniciado, a partir da formalização da Ordem de Serviço correspondente, que incluirá a validação, por parte da Contratante, dos perfis profissionais e dos quantitativos de URPs a serem alocados, conforme previsto nos itens 3.4.1.2 e 3.4.1.3 deste Termo de Referência.

3.4.1.5. Uma vez aprovado o projeto nos termos do item 3.4.1.4 do Termo de Referência, a Contratada deverá alocar a equipe técnica necessária para a execução desse projeto em até 10 dias úteis;

3.4.1.5.1. O prazo para execução do projeto será iniciado a partir do momento em que toda a equipe técnica requerida tiver sido alocada pela Contratada;

3.4.1.5.2. Durante a execução do projeto, a Contratante poderá solicitar a alteração dos profissionais e perfis alocados no projeto, mediante comunicação formal à Contratada, que deverá atender às solicitações da Contratante no prazo de 45 dias corridos.

3.4.1.5.2.1. Caso seja solicitada a alteração de perfil de profissional alocado no projeto, o perfil solicitado pela Contratante deverá necessariamente constar dentre os perfis elencados no item 3.2 do Termo de Referência ou dentre outros perfis já previamente pactuados;

3.4.2. Apresentar relatório mensal descrevendo as atividades desenvolvidas dos projetos em andamento;

3.4.3. Apresentar relatório final do projeto, que conterá a descrição do produto desenvolvido e a sua respectiva documentação técnica;

3.4.4. Fornecer, pelo menos, um ambiente de homologação para o desenvolvimento e testes dos projetos durante toda a vigência do contrato;

3.4.4.1. Uma vez aprovado o relatório final pela Contratante e faturadas as URPs correspondentes, o ambiente de homologação relativo aquele projeto poderá ser desativado pela Contratada para evitar custos desnecessários de infraestrutura;

3.4.4.2. A Contratada deverá disponibilizar ambientes de desenvolvimento à equipe técnica

alocada, que deverá dispor de equipamentos e conectividade adequados à realização de suas atividades de desenvolvimento, bem como equipamentos para realização de reuniões online (webcam e microfone);

3.4.4.3.A presente contratação não inclui o fornecimento de ambiente de produção para hospedagem dos projetos desenvolvidos, devendo este ser fornecido pela Contratante ou por empresa terceira por ela indicado;

**3.4.5.** Utilizar Metodologia Ágil e técnicas de SCRUM para o desenvolvimento dos projetos;

3.4.5.1.Os projetos serão acompanhados por *sprints* de desenvolvimento semanais;

3.4.5.2.A equipe técnica alocada pela Contratada para realização dos projetos acompanhará as reuniões de *sprint review* e *sprint planning* dos projetos em que atua, que serão realizadas com periodicidade semanal;

3.4.5.2.1.Em uma mesma reunião de *sprint review* e/ou de *sprint planning* poderão ser discutidos *tickets* relacionados a todos os projetos em desenvolvimento no seio dessa contratação;

3.4.5.2.2.Caso a quantidade e/ou complexidade dos projetos em desenvolvimento requeira a realização de reuniões de *sprint review* e/ou *sprint planning* com duração superior a uma hora e trinta minutos, poderão, mediante solicitação da Contratante, ser realizadas mais de uma reunião no período de uma semana;

3.4.5.2.3.Caso um profissional anteriormente alocado pela Contratada para atuar em projetos no seio da contratação não esteja, no momento, atuando em nenhum projeto, ele não é obrigado a participar das reuniões de *sprint review* e *sprint planning*;

3.4.5.2.3.1.Não serão remuneradas URPs de profissionais que participem das reuniões de *sprint review* e *sprint planning* que não estejam atuando em nenhum projeto aprovado pela Contratante;

3.4.5.2.3.2.Reuniões administrativas, de alinhamento ou qualquer outra reunião relativa a questões internas da Contratante, inclusive as reuniões *daily* prevista na metodologia SCRUM não poderão ensejar a cobrança de URPs;

**3.4.6.** Gerenciar os projetos por meio de ferramentas como Kanban e/ou softwares específicos para gestão de projetos, que permitam a abertura de tickets para registrar e monitorar o andamento das demandas solicitadas pela Contratante;

**3.4.7.** Garantir que cada profissional alocado nos projetos realize seus próprios commits nos repositórios de código remoto designados pela Contratante;

3.4.7.1.Registrar os commits nos relatórios de atividades mensais.

**3.4.8.** Participar de outras reuniões e atividades afins ao objeto da contratação com a Contratante ou a pedido da Contratante.

3.5.A prestação dos serviços se organizará da seguinte forma:

3.5.1.A prestação dos serviços será organizada por meio de Ordens de Serviço emitidas para cada projeto a ser desenvolvido. Para cada nova demanda, a Contratante encaminhará à Contratada um documento contendo as seguintes informações:

3.5.1.1.Escopo do projeto

3.5.1.2.Detalhamento técnico

3.5.1.3.Equipe mínima necessária

3.5.1.4.Critérios de aceite

3.5.1.5.Prazo para execução

3.5.1.6.Estimativa de horas e total de URPs a serem utilizadas

3.5.2.Após a validação e aceite formal dos termos do projeto entre a Contratante e a Contratada, o projeto será iniciado;

3.5.3.Os relatórios finais deverão ser apresentados ao término de cada projeto e formalmente aprovados pela Contratante;

3.5.3.1.A medição e o faturamento das URPs alocadas em cada projeto somente ocorrerá após a aprovação do respectivo relatório final.

3.5.4.O desenvolvimento dos projetos deverá necessariamente ocorrer com o uso de metodologia ágil, de modo que a equipe técnica da Contratante deverá participar em reuniões de planejamento, status, finalização e revisão das *sprints* de desenvolvimento, conforme previsto no item 3.4.5;

3.6.O sistema SAADE possui as seguintes especificações técnicas:

3.6.1.Arquitetura orientada a serviços, com o uso de containerização (docker e docker-compose), com os seguintes componentes principais:

3.6.1.1.Sistema web desenvolvido com linguagem de programação e dependências livres e de código aberto (TypeScript, NestJS e React) estruturado em pelo menos dois serviços (*back-end* e *front-end*);

3.6.1.2.*Data lake* estruturado com o uso de orquestrador de rotinas de processamento livre e de código aberto (*Dagster*);

3.6.1.3.*Pipelines* de obtenção, transformação e carregamento de dados para alimentação do *data lake* desenvolvidos em python, com suporte a dados geoespaciais;

3.6.1.4.*Blob-storage* compatível com o padrão S3 desenvolvido com o uso da solução de código aberto MinIO;

3.6.1.4.1.Os arquivos do *data lake* são armazenados preferencialmente em formatos de dados colunares (parquet, arrow);

3.6.1.4.2.Os arquivos referentes a dados geoespaciais são armazenados preferencialmente em formato geojson ou geoparquet;

3.6.1.5.Banco de dados PostGreSQL com uso da extensão PostGIS;

- 3.6.1.6. Geoserver para fornecimento de dados geoespaciais e realização de queries espaciais;
- 3.6.1.7. Catálogo de dados utilizando a software livre CKAN;
- 3.6.1.8. Front-end para visualização de dados espaciais com uso da ferramenta Leaflet;
- 3.6.1.9. API RestFul para disponibilização de dados;
- 3.6.2. Outros serviços, dependências e tecnologias livres e de código aberto cujo uso for julgado adequado ao projeto.
- 3.6.3. Foco na interoperabilidade entre sistemas por meio da disponibilização de API RESTFul no padrão OpenAPI 3.+;
- 3.6.4. Código fonte desenvolvido versionado com o uso de ferramentas de integração contínua, como git e github e seguindo boas práticas de estruturação do repositório e commits (git flow);
- 3.6.5. Conforme especificado no item 3.7 a seguir, o sistema é e deverá sempre ser livre e de código aberto;
- 3.7. O sistema em desenvolvimento é e será sempre livre e de código aberto, estando licenciado sob a licença livre Affero General Public License v.3.0 (AGPL).
- 3.7.1. Não apenas todo o código fonte desenvolvido no seio dessa contratação, como também todos os produtos técnicos deverão ser dessa forma licenciados, dentre os quais incluem-se, de forma não exaustiva, diagramas, manuais, tutoriais, documentos de requisitos, gráficos, dicionários de variáveis e outras documentações afins ao trabalho de desenvolvimento de sistemas, engenharia de software, ciência e engenharia de dados, devops e similares.
- 3.7.2. Todas as dependências do sistema devem estar em acordo com seu licenciamento, sendo vetado o uso de dependências proprietárias.
- 3.7.3. Com exceção dos serviços de hospedagem e de CI/CD previamente aprovados pela Contratada, é vetado o uso de web services de terceiros para atendimento de requisitos funcionais, estando vetados não apenas os serviços pagos como também aqueles inicialmente gratuitos mas posteriormente pagos quando atingidos limites de uso ou funcionalidade (conhecidos como “freemium”);
- 3.7.4. O sistema deverá ser desenvolvido e os ambientes de produção e homologação configurados de forma agnóstica à provedora pública de nuvem escolhida para sua hospedagem;
- 3.7.5. A empresa compromete-se a evitar o *lock-in* do sistema em qualquer provedor de nuvem pública específica e deve ser capaz de fornecer a totalidade dos dados armazenados, assim como todos os *scripts* de configuração necessários à sua operação à Prefeitura de São Paulo ao final da contratação;
- 3.8. A empresa proponente deverá comprovar experiência e formação conforme especificado no item 4.
- 3.9. O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a se iniciar na assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual ou inferior período.
- 3.10. A empresa proponente compromete-se a prover recursos humanos com dimensionamento e nível



de especialidade adequados para execução a contento das atividades elencadas neste termo de referência.

- 3.11. Poderão, em comum acordo entre Contratante e Contratada, ser realizadas atividades de trabalho (reuniões e alinhamentos) nas unidades de escritório da ADE SAMP: Rua Líbero Badaró, 425, 11º andar - Centro 01009-000 - São Paulo/SP, ou da Secretaria de Governo: Viaduto do Chá, nº 15, 11º andar.
- 3.12. O transporte/deslocamento para o local de trabalho será de responsabilidade da Contratada.
- 3.13. Para o caso das atividades realizadas em formato remoto (home-office), a Contratada deverá garantir ambiente de trabalho adequado, garantindo o bom-funcionamento dos equipamentos e a conectividade necessários para realização das atividades a contento.
- 3.14. Serão consideradas infrações contratuais, nos termos do item 8.2:
- 3.14.1. O não-atendimento reiterado e injustificado das atividades, conforme relatório de execução mensal.

#### **4. PERFIL DA CONTRATADA – FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA**

- 4.1. A empresa contratada deverá apresentar recursos humanos que possuam a experiência descrita no item 3.2 deste Termo de Referência, minimamente, dos perfis de Cientista de Dados, Engenheiro de Software Full Stack, Gestor de Projeto e Engenheiro de Dados. Para isso, deverão apresentar o currículo dos profissionais contendo também a descrição das atividades exercidas e comprovadas por meio do envio de link para repositórios de projetos ou ainda envio de portfólio de projetos dos quais participou.
- 4.1.1. A experiência e as habilidades deverão ser apresentadas por meio de extratos de contrato de serviços para terceiros e/ou notas fiscais.
- 4.1.2. A empresa deverá comprovar, obrigatoriamente, a existência de vínculo com os profissionais indicados por meio da apresentação de cópia de contrato de trabalho vigente, contrato de prestação de serviços ativo ou outro instrumento legal que comprove o vínculo jurídico entre a empresa e o(s) profissional(is) responsável(is) pela execução das atividades.
- 4.2. A não apresentação dos documentos acima, ou ainda que apresentados, a empresa não apresente desempenho na prática, poderá, a critério da gestora do contrato proceder solicitação de troca de profissional e até rescisão contratual.

#### **5. PRAZO DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 5.1. A Contratada deverá entregar relatórios mensais com a descrição das atividades realizadas no período, o qual será aprovado em até 10 dias corridos, para recebimento do pagamento.
- 5.1.1. Os relatórios mensais deverão detalhar as atividades desenvolvidas dos projetos, poderão ser apresentados com documentação extraída do repositório oficial do sistema no Github que comprove o desenvolvimento do código fonte.



**5.1.2.** Ao final da execução de cada projeto, deverá ser apresentado um relatório final no prazo de 10 (dez) dias, que conterá a descrição do produto desenvolvido e a sua respectiva documentação técnica.

5.1.2.1. Além do relatório final, deverão ser encaminhados à Contratante todos os produtos técnicos desenvolvidos, em especial todo o código fonte em formato aberto e compatível com a licença livre AGPL v3, que deverá ser enviado ao repositório remoto da Contratante no github;

5.1.2.2. Este documento será validado pela Contratante.

**5.2.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, a contar 30 dias da notificação da Contratada, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.2.1.** Garantido o direito prévio de notificação e da ampla defesa, caso haja atraso injustificado na entrega dos projetos e/ou o projeto executado seja negado pela Contratante, a Contratada poderá incorrer nas multas previstas em contrato;

**5.2.2.** Em ambas as situações, as URPs reservadas para a execução do projeto não serão faturadas;

**5.2.3.** Na hipótese de mais do que 3 (três) projetos estarem concomitantemente atrasados injustificadamente ou tenham seu recebimento negado pela Contratante, a Contratada poderá suspender os pagamentos até que a situação seja normalizada, sem prejuízo ao efeito do item 5.2.1 deste Termo de Referência.

**5.3.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

**6.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**6.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**6.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/ servidor especialmente designado;

**6.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

**6.6.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados,

prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1. Obedecer às especificações constantes neste Termo, nos anexos e em sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução e entrega do presente objeto;
- 7.2. Responsabilizar-se pela execução dos serviços, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da Contratada;
- 7.3. Realizar a entrega/executar os serviços objeto dentro do prazo estipulado e, em caso de extrema impossibilidade, comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto com a devida comprovação;
- 7.4. O retardamento na entrega do objeto/execução dos serviços, não justificado considerar-se-á como infração contratual;
- 7.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à ADE SAMPA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 7.6. Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressaltados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
- 7.7. Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento dos bens objeto deste Termo;
- 7.8. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação e no presente Termo de Referência;

## **8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO SERVIÇO**

- 8.1. O pagamento dos serviços prestados no seio da presente contratação será realizado na seguinte forma:
  - 8.1.1. O pagamento dos serviços será realizado exclusivamente após a entrega e aceitação dos serviços e ou projetos solicitados pela Contratante.
  - 8.1.2. O valor será calculado com base na quantidade de URPs efetivamente consumidas, de acordo com os perfis de profissionais envolvidos e aprovados previamente.
  - 8.1.3. O valor total estimado para o presente contrato corresponderá a **20.000 (vinte mil) URPs**, sendo os pagamentos efetuados proporcionalmente às URPs efetivamente utilizadas e

aprovadas pela Ordens de Serviço, até o limite estabelecido.

8.1.4. Pagamentos variáveis, conforme a quantidade de URPs efetivamente consumidas na execução dos serviços ou projetos, detalhadas nos respectivos relatórios finais;

8.1.4.1. O efetivo pagamento está condicionado à aprovação prévia dos relatórios finais pela Contratante.

8.2. Os pagamentos serão realizados de forma variável, exclusivamente após a entrega e aprovação formal, pela Contratante, conforme a quantidade de URPs efetivamente utilizadas na execução dos projetos. Se o Banco indicado para recebimento for o Banco do Brasil, poderá o pagamento ser realizado por meio de transferência identificada de valores, diretamente realizada na conta corrente do prestador de serviço.

8.3. A **ADE SAMPA** reserva-se o direito de suspender o pagamento se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

## 9. DAS PENALIDADES

9.1. A **CONTRATADA** ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta da Prefeitura do Município de São Paulo e com esta Agência, pelo prazo de até 02 (dois) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no Regulamento Interno de Compras, Contratações, Aliações e Parcerias (RICCAP) e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

9.2. As penalidades poderão ainda ser aplicadas, garantido o direito prévio de notificação e da ampla defesa:

| Referência geral para Multas  |                |      |
|---|----------------|------|
| Descrição   | Referência     | Grau |
| Ultrapassar o limite de 5 dias úteis para informar cronograma de execução de serviços após o recebimento da OS para novos serviços que venham a ser implementados | Por ocorrência | 01   |
| Atraso para o início da prestação do serviço.<br>Percentual será aplicado por cada dia de atraso.   | Por ocorrência | 05   |
| Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados   | Por ocorrência | 05   |
| Indicação de função de preposto de forma cumulativa com atribuições de execução do serviço.   | Por ocorrência | 06   |

|   |                |    |
|---|----------------|----|
| Não substituir em até 5 dias úteis o profissional que seja considerado inapto para os serviços a serem prestados, seja por incapacidade técnica comprovada, atitude inconveniente, falta de urbanidade ou que venha a transgredir as normas disciplinares da CONTRATANTE Acumular 2 (duas) advertências no período de 30 (trinta) dias. | Por ocorrência | 04 |
| Não efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste CONTRATO   | Por ocorrência | 01 |
| Na hipótese de rescisão contratual por inexecução total do CONTRATO.  | Por ocorrência | 06 |
| Na hipótese de descumprimento da Garantia de serviços.  | Por ocorrência | 06 |
| Não apresentar documentação exigida da empresa ou dos profissionais.  | Por ocorrência | 05 |
| Deixar de prestar quaisquer informações solicitadas no prazo estipulado.  | Por ocorrência | 01 |
| Deixar de realizar transição plena do CONTRATO, com total transferência de conhecimento.  | Por ocorrência | 01 |
| Omitir da fiscalização qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços  | Por ocorrência | 06 |
| Dificultar a ação da fiscalização ou o cumprimento de orientações e atendimento a solicitações da CONTRATANTE   | Por ocorrência | 05 |
| Prestar serviço com baixa qualidade, desrespeitando os acordos de nível de serviço  | Por ocorrência | 04 |

**9.3.** Os graus de sanções administrativas seguem as seguintes penalidades:

|   |
|---|
| <b>Graus de Sanções Administrativas</b> |
|---|

| Grau | Correspondência                            |
|------|--|
| 1    | Advertência escrita                        |
| 2    | Multa de até 1% sobre o valor do contrato  |
| 3    | Multa de até 2% sobre o valor do contrato  |
| 4    | Multa de até 4% sobre o valor do contrato  |
| 5    | Multa de até 8% sobre o valor do contrato  |
| 6    | Multa de até 16% sobre o valor do contrato |

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 10.1. Todos os produtos elaborados na vigência e posteriormente a essa serão de propriedade da Agência São Paulo de Desenvolvimento – **ADE SAMPA**, não podendo ser divulgados sem prévia autorização da mesma, como também não cabendo à Contratada nenhum direito sobre estes produtos ou sobre sua utilização.
- 10.2. A proposta de orçamento deverá levar em conta o respeito e atendimento a todos os pontos previstos na Legislação.
- 10.3. Não serão levadas em consideração pela **ADE SAMPA** consultas, pleitos ou reclamações que não tenham sido formuladas por escrito e devidamente protocoladas. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

(em papel timbrado da licitante)

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº**

**TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO**

**PROCESSO SEI Nº: 8710.2025/0000518-5**

**OBJETO:** Registro de Preços para contratação de serviços especializados de Fábrica de Software, com pagamento por medição com base em Unidades de Remuneração Profissional (URPs), para manutenção evolutiva do Sistema Automático de Análise de Dados Espaciais (SAADE) por meio do desenvolvimento sob demanda de aplicações intensivas em dados de escopo previamente definido, com base no *data lake* e nas funcionalidades já disponibilizadas.

A (empresa) ..... inscrita no CNPJ sob nº ....., estabelecida no endereço ....., nº ....., Bairro ....., Cidade de ....., Estado de ....., CEP ....., Telefone ....., e-mail ....., propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições.

| VALOR UNITÁRIO POR URP | R\$ |
|------------------------|-----|
|------------------------|-----|

**Preço total da proposta:** R\$ ..... (.....)  
(em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso)

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Prazo de início dos serviços: conforme o Termo de Referência, que integra o Edital de seleção para contratação da presente Concorrência, como Anexo I.

## **2. DAS DECLARAÇÕES:**

Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes deste procedimento de seleção.

**2.1.** Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital de Concorrência Presencial nº e Anexos, bem como às disposições da legislação pertinente.

**2.2.** Declara, sob as penas da lei, que tem condições de fornecer a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

**2.3. DA VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da sua apresentação.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(assinatura e identificação do representante legal/procurador da concorrente)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:

**ANEXO III**  
**MODELOS DE DECLARAÇÕES**  
**ANEXO III.1**

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA, FISCAL E OUTRAS**

(em papel timbrado da licitante)

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº**

**PROCESSO SEI Nº: 8710.2025/0000518-5**

**TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO**

**OBJETO:**

A concorrente \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ  
nº \_\_\_\_\_, domiciliada em  
\_\_\_\_\_, por  
intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a)  
da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_,  
interessada em participar do Concorrência Presencial n.º xxxxxxxx, **DECLARA** que:

- a)** está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- b)** não possui impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, e;
- c)** cumpre as normas de saúde e segurança do trabalho.
- d)** cumpre as normas de saúde e segurança do trabalho, atendendo, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C, e se compromete a não disponibilizar empregado que incorre na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal n.º 6.019/1974.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.



**ANEXO III.2**

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO  
CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

(em papel timbrado da licitante)

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº**

**PROCESSO SEI Nº: 8710.2025/0000518-5**

**TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO**

**OBJETO:**

A concorrente \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ  
nº \_\_\_\_\_, domiciliada em  
\_\_\_\_\_, por  
intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a)  
da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_,  
interessada em participar do Concorrência Presencial n.º xxxxxxxx, **DECLARA** sob as penas  
da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a)** a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro concorrente ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento de seleção para contratação;
- b)** a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro concorrente ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento de seleção para contratação;
- c)** o concorrente não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro concorrente ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento de seleção para contratação;
- d)** o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro concorrente ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento de seleção para contratação antes da adjudicação do objeto;
- e)** o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas, e;

f) o representante legal da concorrente está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**DECLARA**, ainda, que a Concorrente qualificada acima conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal n.º 12.846/2013 e do Decreto Municipal n.º 55.107/2014, tais como:

**I** – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

**II** – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

**III** – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

**IV** – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

**V** – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

---

Assinatura

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**ANEXO III.3**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE  
PEQUENO PORTE**

(em papel timbrado da licitante)

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº**

**PROCESSO SEI Nº: 8710.2025/0000518-5**

**TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO**

**ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES  
QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DOS ITENS 4.7. a 4.7.1. DO EDITAL.**

A concorrente \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ  
nº \_\_\_\_\_, domiciliada em  
\_\_\_\_\_, por  
intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a)  
da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_,  
interessada em participar do Concorrência Presencial n.º xxxxxxxx, **DECLARA** o seu  
enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios  
previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, bem como sua não inclusão  
nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**ANEXO III.4**

**DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ**

(em papel timbrado da empresa)

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº:**

**PROCESSO SEI Nº: 8710.2025/0000518-5**

**TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO**

A concorrente \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, domiciliada em \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, interessada em participar do Concorrência Presencial n.º xxxxxxxx, **DECLARA** para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva:** emprega \_\_\_\_\_ (valor por extenso) menor(es), a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz(es) ( ).

Assinalar com ( x ) a ressalva acima, caso verdadeira.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

**ANEXO III.5**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS  
PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

(em papel timbrado da empresa)

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº:**

**PROCESSO SEI Nº: 8710.2025/0000518-5**

**TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO**

A concorrente \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ  
nº \_\_\_\_\_, domiciliada \_\_\_\_\_ em  
\_\_\_\_\_, por  
intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a)  
da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_,  
interessada em participar do Concorrência Presencial n.º xxxxxxxx, **DECLARA** que não está  
inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que  
não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

**ANEXO III.6**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

(em papel timbrado da empresa)

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº:**

**PROCESSO SEI Nº: 8710.2025/0000518-5**

**TIPO: MENOR UNITÁRIO**

A concorrente \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ  
nº \_\_\_\_\_, domiciliada em  
\_\_\_\_\_, por  
intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a)  
da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_,  
interessada em participar do Concorrência Presencial n.º xxxxxxxx, **DECLARA** a inexistência  
de fatos impeditivos à sua habilitação no presente procedimento de seleção, ciente da  
obrigatoriedade se declara que não há ocorrências posteriores e anteriores.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

**ANEXO III.7**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO**

( em papel timbrado da empresa)

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº:**

**PROCESSO SEI Nº: 8710.2025/0000518-5**

**TIPO: MENOR UNITÁRIO**

Eu, ....., portador do RG nº ..... e do CPF nº ....., representante legal da empresa interessada em participar do Edital de Concorrência Presencial nº XX/2025, **DECLARO**, sob as penas da lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- Que nenhum dos integrantes do quadro societário é cônjuge, companheiro(a) ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau do Diretor, dirigente, empregado, autor do projeto técnico/executivo, com cargo na **AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO – ADE SAMPA**, administração direta ou indiretamente, conforme disposto no artigo 6 do RICCAP.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

(local e data)

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo da empresa

**ANEXO IV**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N.º**

**PROCESSO SEI nº: 8710.2025/0000518-5**

De um lado, a **AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO – ADE SAMPA**, Serviço Social Autônomo, pessoa jurídica de direito privado de fins não econômicos, de interesse coletivo e de utilidade pública, vinculada por cooperação à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (“SMDET”) da Prefeitura do Município de São Paulo, com sede na Rua Líbero Badaró, 425, 11º andar, Centro – São Paulo/SP, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.154.061/0001-83, neste ato representada por seu Diretor Presidente, o Sr....., nomeado pelo Prefeito da Cidade de São Paulo sob a Portaria nº xxxxx de xxx de xxxx e por seu/sua Diretor(a) ..... o(a) Sr(a). ....., nomeado(a) pelo Prefeito da Cidade de São Paulo sob a Portaria nº... de .... de ..... de ..., no uso da competência conferida pelo Estatuto Social, ratificado pelo Decreto Municipal nº 54.661/2013; de outro lado a empresa ....., CNPJ/MF nº ....., situada no endereço ....., nº ....., Bairro ....., Cidade de ....., Estado de ....., CEP ....., , vencedora do certame, representada por seu representante legal, doravante denominada simplesmente **DETENTORA**, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar o preço do fornecimento de bens discriminados na **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**, em conformidade com o ajustado a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto deste ajuste o Registro de Preço para contratação de serviços especializados de Fábrica de Software, com pagamento por medição com base em Unidades de Remuneração Profissional (URPs), para manutenção evolutiva do Sistema Automático de Análise de Dados Espaciais (SAADE) por meio do desenvolvimento sob demanda de aplicações intensivas em dados de escopo previamente definido, com base no *data lake* e nas funcionalidades já disponibilizadas nos termos especificados no ANEXO I do edital de Concorrência nº.... que precedeu este ajuste e na proposta da DETENTORA, integrante do Processo Administrativo SEI nº xxxxxxxxx, cujos termos são parte integrante do presente instrumento,

**Parágrafo Primeiro**



A contratação dos serviços ocorrerá conforme a demanda da ADE SAMPA, respeitando os limites e condições estabelecidos nesta Ata de Registro de Preços

### **Parágrafo Segundo**

O preço está referenciado ao mês de .../...., correspondente ao da apresentação da proposta comercial e compreende os seguintes itens:

| VALOR UNITÁRIO POR URP | R\$ |
|------------------------|-----|
|------------------------|-----|

I - Os serviços serão contratados por demanda, mediante solicitação formal da Contratante. A medição e remuneração dos serviços será realizada com base em Unidades de Remuneração Profissional (URPs), correspondentes ao esforço técnico necessário para o desenvolvimento e entrega dos produtos contratados, conforme validado por meio de relatório aprovado pela Contratante.

II - Cada demanda será formalizada por meio de Ordem de Serviço (OS), previamente planejada e aprovada, contendo a descrição do escopo, o detalhamento das entregas esperadas, os perfis profissionais envolvidos e a quantidade estimada de URPs necessárias. Será permitida a emissão e a execução simultânea de múltiplas Ordens de Serviço, desde que cada uma respeite o limite técnico de até 1.600 (mil e oitocentas) URPs e com a devida aprovação da Contratante. Demandas que excedam esse limite deverão ser justificadas tecnicamente e também submetidas à aprovação prévia da Contratante.

III - Para fins de planejamento e controle orçamentário, estabelece-se que o contrato terá uma estimativa total de 20.000 (vinte mil) URPs durante a vigência do contrato, observados os limites máximos por OS e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

IV - A Contratada deverá apresentar o valor de sua URP (Unidade de Remuneração Profissional), que corresponde ao valor, em reais, de uma hora-homem;

V - Este custo deverá obedecer à seguinte classificação de níveis de qualificação dos profissionais: Júnior - 1 URP, Pleno - 3 URP; Sênior - 6 URP; e Especialista - 8 URP.

### **Parágrafo Terceiro**

O preço a ser pago pela **ADE SAMPA** pelos serviços prestados compreenderá todos os custos necessários à execução do objeto, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas necessárias à sua correta execução, de modo que nenhum outro ônus seja devido à **DETENTORA**.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por até o período disposto no RICCAP, desde que:
2. Haja anuência das partes;
3. A **DETENTORA** tenha cumprido satisfatoriamente suas obrigações;
4. Pesquisa prévia que comprove que os preços são compatíveis com os de mercado.

#### **Parágrafo Primeiro**

Os quantitativos estimados na Ata de Registro de Preços serão renovados proporcionalmente ao período de prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pela **ADE SAMPA** e pelos órgãos e entidades participantes.

#### **Parágrafo Segundo**

A **DETENTORA** da Ata de Registro de Preços deverá manifestar, por escrito, seu interesse na prorrogação ou não do ajuste, em prazo de até 90 (noventa) dias antes do término de sua vigência.

#### **Parágrafo Terceiro**

A expiração do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica em extinção dos contratos dela decorrentes ainda vigentes

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO**

A **DETENTORA** deverá assinar o termo de contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua comunicação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas na Cláusula Sétima desta Ata.

#### **Parágrafo Primeiro**

O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que solicitado antes do término do prazo original, que poderá ou não ser aceito pela ADE SAMPA.

#### **Parágrafo Segundo**

Se a recusa em celebrar o contrato for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar as penalidades previstas.

#### **Parágrafo Terceiro**

Para a assinatura do termo de contrato, a **DETENTORA** deverá apresentar os seguintes documentos:

- Última alteração do Contrato/Estatuto Social da concorrente, onde conste as disposições de sua representação, de forma a comprovar que seu representante presente na sessão tem poderes para tal;
  - o Na hipótese de o representante ter sido nomeado ou eleito em separado, será necessária a apresentação do ato de sua nomeação ou de sua eleição, devidamente registrado no órgão competente.
  - o Se procurador, deverá apresentar também a procuração deve ser lavrada por instrumento público ou particular, esta última com firma reconhecida, indicando a outorga de poderes na forma exigida do Contrato/Estatuto Social.
- Comprovante de inexistência de registros no CADIN Municipal, disponível no site da Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo;
- Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários;
- Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, disponível no portal da Secretaria Estadual da Fazenda;
- Certidão Negativa de Falência ou Concordata, disponível no portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ou outro Tribunal relativo à sede da **DETENTORA**;
- Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS-CRF), disponibilizado no portal da Caixa Econômica Federal;
- Prova de regularidade trabalhista, com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), disponível no portal da Justiça do Trabalho;
- Certidão de regularidade de débito com a Receita Federal, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

#### **Parágrafo Quarto**

Na hipótese de irregularidades ou pendências nos documentos acima, a **DETENTORA** deverá regularizar a sua situação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

#### **Parágrafo Quinto**

Quando a **DETENTORA** não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas, competirá, a **AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO – ADE SAMPA** indicar nova **DETENTORA**, observadas as regras de preferência previstas nesta Ata.

#### **Parágrafo Sexto**

A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelo RICCAP pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, com aplicação supletiva dos princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições de direito privado, na forma da legislação vigente à época.

#### **CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento dos serviços prestados será realizado na seguinte forma:

1. O pagamento dos serviços será realizado exclusivamente após a entrega e aceitação dos serviços e ou projetos solicitados pela Contratante.
2. O valor será calculado com base na quantidade de URPs efetivamente consumidas, de acordo com os perfis de profissionais envolvidos e aprovados previamente.
3. O valor total estimado para o presente contrato corresponderá a 20.000 (vinte mil) URPs, sendo os pagamentos efetuados proporcionalmente às URPs efetivamente utilizadas e aprovadas pela Ordens de Serviço, até o limite estabelecido.
4. Pagamentos variáveis, conforme a quantidade de URPs efetivamente consumidas na execução dos serviços ou projetos, detalhadas nos respectivos relatórios finais;
  - 4.1. O efetivo pagamento está condicionado à aprovação prévia dos relatórios finais pela Contratante.
  - 4.2. Os pagamentos serão realizados de forma variável, exclusivamente após a entrega e aprovação formal, pela Contratante, conforme a quantidade de URPs efetivamente utilizadas na execução dos projetos. Se o Banco indicado para recebimento for o Banco do Brasil, poderá o pagamento ser realizado por meio de transferência identificada de valores, diretamente realizada na conta corrente do prestador de serviço.
  - 4.3. A ADE SAMPA reserva-se o direito de suspender o pagamento se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE E READEQUAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços registrados serão reajustados observada a periodicidade mínima anual que terá como termo inicial a data de apresentação da proposta, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

##### **Parágrafo Primeiro**

A proposta comercial terá como referência a data da entrega das propostas.

##### **Parágrafo Segundo**

O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, nos termos do artigo 14 do RICCAP.

**Parágrafo Terceiro**

O índice previsto no parágrafo anterior poderá ser substituído por meio de Decreto ou Portaria da Secretaria Municipal da Fazenda e será automaticamente aplicado ao contrato, independentemente da formalização de termo aditivo ao ajuste.

**Parágrafo Quarto**

Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.

**Parágrafo Quinto**

Se aplicado o reajuste e os valores registrados ficarem acima dos praticados no mercado, observar-se-á o disposto no caput.

**Parágrafo Sexto**

Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da **ADE SAMPA**, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

**Parágrafo Sétimo**

Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos índices e da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais ou municipais que as autorizem.

**Parágrafo Oitavo**

A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisado, em função da dinâmica do mercado, com elevação ou redução de seu respectivo valor, desde que demonstrado o fato superveniente que motivou tal alteração, o nexos com o objeto e a demonstração analítica de quais itens da composição de preços foram impactados, bem como obedecendo a seguinte metodologia:

1. Nos casos de eventual redução dos preços praticados no mercado, a **ADE SAMPA** convocará a **DETENTORA** visando à redução dos preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
  - 1.1. Caso a DETENTORA se recuse a reduzir os preços praticados, a presente Ata será rescindida, nos termos do parágrafo único do artigo 31 do RICCAP.
  - 1.2. Na hipótese da concordância da redução dos preços praticados, será elaborado termo de aditamento para constar o novo preço.

2. Nos casos de eventual aumento dos preços praticados no mercado, a **DETENTORA** poderá solicitar a revisão ou readequação, por escrito, sendo que o pedido deverá estar acompanhado de documentos que comprovem a ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro, sendo considerada, como base inicial de análise, a demonstração da composição de custos.

2.1. O pedido será recebido, instruído e juntado ao processo administrativo respectivo pela **ADE SAMPA**, para análise.

2.2. Na hipótese de aprovação do aumento dos preços praticados, será elaborado termo de aditamento para constar o novo preço.

#### **Parágrafo Nono**

Os novos preços só entrarão em vigor após a assinatura do respectivo aditivo contratual pelas partes, retroagindo seus efeitos à data do pedido de revisão.

#### **Parágrafo Décimo**

Se em razão do reajuste ou do reequilíbrio houver divergência de preços entre as DETENTORAS, serão reclassificadas em função do novo valor, sendo a preferência de contratação concedida à de menor valor registrado. No caso de manutenção da igualdade de preços, observar-se-á a classificação original.

#### **Parágrafo Décimo Primeiro**

A **DETENTORA** poderá solicitar a revisão ou readequação de preços a **AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO - ADE SAMPA**, por escrito, sendo que o pedido deverá estar acompanhado de documentos que comprovem, convincentemente, a ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do RICCAP e legislação vigente à época, sendo considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos anexa a Ata de Registro de Preços.

#### **Parágrafo Décimo Segundo**

O pedido será recebido, instruído e juntado ao processo administrativo pela **AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO - ADE SAMPA**, para análise e aprovação ou não.

#### **Parágrafo Décimo Terceiro**

Na hipótese de aprovação, competirá à autoridade competente ratificar, ou não, em regular despacho autorizador da alteração contratual, bem como para lavratura e assinatura, pelas partes contratantes, do competente termo de aditamento para constar o novo preço.

#### **Parágrafo Décimo Quarto**

Os novos preços aprovados e ratificados pela autoridade competente da **AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO - ADE SAMPA** só entrarão em vigor após a assinatura do respectivo aditivo contratual pelas partes, retroagindo seus efeitos à data do pedido de revisão.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR DA ATA E DA DETENTORA**

A **AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO - ADE SAMPA** se compromete a:

- I. Promover a fiscalização da presente Ata de Registro de Preços, bem como dos serviços prestados, comunicando à **DETENTORA** as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- II. Aplicar as sanções administrativas devidas à **DETENTORA**, respeitados o contraditório e a ampla defesa;
- III. Promover o acompanhamento do consumo do serviço registrado;
- IV. Fornecer à **DETENTORA** todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;
- V. Acompanhar a economicidade dos preços registrados, sempre que necessário à preservação do interesse público, considerados o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições econômicas específicas, tornando público o resultado desse acompanhamento;
- VI. Receber os pedidos de revisão dos preços registrados e manifestar-se sobre eles;
- VII. Autorizar a prorrogação do prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços;
- VIII. Divulgar no sítio eletrônico oficial da **ADE SAMPA**, os preços registrados;
- IX. Cancelar ou rescindir esta Ata de Registro de Preços.
- X. Além das previstas no Edital.

A **DETENTORA** se obriga à:

- I. Fornecer até o total estimado estabelecido no Termo de Referência, independentemente das quantidades individuais estimadas;
- II. Comunicar à **ADE SAMPA** toda e qualquer alteração em seus dados cadastrais, para atualização;
- III. Manter, durante o prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de seleção que precedeu este ajuste, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir;

- IV. Manter durante toda a duração da Ata de Registro de Preços, o padrão de qualidade e as especificações técnicas contidas no **ANEXO I - Termo de Referência** do edital que precedeu ao presente ajuste, parte integrante desta Ata de Registro de Preço;
- V. Comparecer, sempre que solicitada, à sede da **ADE SAMPA**, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;
- VI. Prestar informações relacionadas ao fornecimento, sempre que solicitado, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação;
- VII. Responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura ocasione à **Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE SAMPA** ou a terceiros, em razão dos fornecimentos decorrentes da presente Ata de Registro de Preço;
- VIII. Atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preço, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência;
- IX. Não Ceder ou transferir, o objeto da Ata de Registro de Preços, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;
- X. Solicitar autorização prévia da ADE SAMPA no caso de subcontratação.
- XI. Além das previstas no Edital.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas abaixo.

**Parágrafo Primeiro**

A **DETENTORA**, em razão de descumprimento aos termos da presente Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, com fundamento no RICCAP e na legislação vigente à época pertinente ao caso, ficará(ão) sujeita(s) às seguintes sanções administrativas:

- I. Advertência;
- II. Multa
- III. Suspensão do direito de participar do processo de seleção para contratação ou de contratar com a **ADE SAMPA**, por prazo não superior a 6 (seis) anos;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **ADE SAMPA** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será



concedida sempre que a **CONTRATADA** efetuar o ressarcimento pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

**Parágrafo Segundo**

Os tipos de sanções administrativas e as hipóteses em que a **DETENTORA** estará sujeita a sua aplicação são as seguintes:

- I. Multa de 5% (cinco por cento) sobre valor total registrado vigente, por dia de atraso da Adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, até o 10º (décimo) dia;
- II. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total registrado vigente, a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, ficando a critério da **ADE SAMPA** a aplicação concomitante da pena de suspensão do direito de participar do processo de seleção para contratação ou de contratar com a **ADE SAMPA**, por prazo não superior a 6 (seis) anos, nos termos do RICCAP.
- III. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total registrado se o impedimento à celebração do contrato decorrer da não apresentação da documentação de habilitação exigida no edital que precedeu a presente Ata de Registro de Preços.
- IV. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total registrado, caso não mantenha o valor do registro no período dos 12 (dozes) meses de duração da Ata de Registro de Preços.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 1 e 2:

**Tabela 1:**

| Referência geral para Multas  |                |      |
|---|----------------|------|
| Descrição   | Referência     | Grau |
| Ultrapassar o limite de 5 dias úteis para informar cronograma de execução de serviços após o recebimento da OS para novos serviços que venham a ser implementados | Por ocorrência | 01   |
| Atraso para o início da prestação do serviço.<br>Percentual será aplicado por cada dia de atraso.   | Por ocorrência | 05   |
| Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados   | Por ocorrência | 05   |

|  |                |    |
|--|----------------|----|
| Indicação de função de preposto de forma cumulativa com atribuições de execução do serviço.  | Por ocorrência | 06 |
| Não substituir em até 5 dias úteis o profissional que seja considerado inapto para os serviços a serem prestados, seja por incapacidade técnica comprovada, atitude inconveniente, falta de urbanidade ou que venha a transgredir as normas disciplinares da CONTRATANTE<br>Acumular 2 (duas) advertências no período de 30 (trinta) dias. | Por ocorrência | 04 |
| Não efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste CONTRATO  | Por ocorrência | 01 |
| Na hipótese de rescisão contratual por inexecução total do CONTRATO.   | Por ocorrência | 06 |
| Na hipótese de descumprimento da Garantia de serviços.   | Por ocorrência | 06 |
| Não apresentar documentação exigida da empresa ou dos profissionais.   | Por ocorrência | 05 |
| Deixar de prestar quaisquer informações solicitadas no prazo estipulado.   | Por ocorrência | 01 |
| Deixar de realizar transição plena do CONTRATO, com total transferência de conhecimento.   | Por ocorrência | 01 |
| Omitir da fiscalização qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços   | Por ocorrência | 06 |
| Dificultar a ação da fiscalização ou o cumprimento de orientações e atendimento a solicitações da CONTRATANTE  | Por ocorrência | 05 |

|  |                |    |
|--|----------------|----|
| Prestar serviço com baixa qualidade, desrespeitando os acordos de nível de serviço | Por ocorrência | 04 |
|--|----------------|----|

**Tabela 2:** Os graus de sanções administrativas seguem as seguintes penalidades:

| Graus de Sanções Administrativas |  |
|----------------------------------|--|
| Grau                             | Correspondência                            |
| 1                                | Advertência escrita                        |
| 2                                | Multa de até 1% sobre o valor do contrato  |
| 3                                | Multa de até 2% sobre o valor do contrato  |
| 4                                | Multa de até 4% sobre o valor do contrato  |
| 5                                | Multa de até 8% sobre o valor do contrato  |
| 6                                | Multa de até 16% sobre o valor do contrato |

### Parágrafo Terceiro

As sanções administrativas são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

### Parágrafo Quarto

Será competente para deliberar sobre a aplicação da sanção administrativa, durante a vigência da Ata de Registro de Preços:

- I. A **Agência São Paulo De Desenvolvimento - ADE SAMPA**, quanto às sanções administrativas indicadas nas alíneas I, III e IV, do Parágrafo Primeiro, cumuladas ou não com a sanção administrativa de multa.
- II. A autoridade competente, quanto à sanção administrativa indicada na alínea “III”, do Parágrafo Primeiro, cumulada ou não com a sanção administrativa de multa, por recomendação da **Agência São Paulo De Desenvolvimento - ADE SAMPA**.
- III. A **Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE SAMPA**, quanto às sanções administrativas indicadas nas alíneas I, III e IV do Parágrafo Primeiro.

### Parágrafo Quinto

Nas hipóteses de possibilidade de cumulação das sanções administrativas de multa com a de suspensão do direito de participar do processo de seleção para contratação ou de contratar com a **ADE SAMP**, por prazo não superior a 6 (seis) anos, caberá à unidade contratante avaliar a conveniência e a oportunidade da aplicação simultânea.

**Parágrafo Sexto**

Entendendo o fiscal do contrato pela aplicação isolada da sanção administrativa de multa, caberá a esta dar andamento ao procedimento, concedendo prazo para defesa prévia à **DETENTORA**, culminando com a decisão.

**Parágrafo Sétimo**

Entendendo o fiscal pela aplicação cumulativa das sanções administrativas, encaminhará o feito, com as informações necessárias para demonstrar a infração cometida.

**Parágrafo Oitavo**

Na hipótese do **parágrafo sexto** a **Agência São Paulo De Desenvolvimento - ADE SAMP** dará andamento ao procedimento, concedendo prazo para defesa prévia à empresa contratada, podendo decidir pela aplicação conjunta das sanções administrativas ou apenas da multa, informando a unidade contratante ao final.

**Parágrafo Nono**

Expirado o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços, ou nos casos de cancelamento ou rescisão, a competência de análise e aplicação de todas as penalidades cabíveis posteriores serão concentradas diretamente na unidade contratante.

**Parágrafo Décimo**

A **DETENTORA** eventualmente contratada estará sujeita às sanções administrativas definidas na cláusula décima da minuta de contrato (**Anexo V - Minuta do Termo de Contrato**).

**Parágrafo Décimo Primeiro**

O prazo para pagamento das multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

**Parágrafo Décimo Segundo**

A critério da **Agência São Paulo De Desenvolvimento - ADE SAMP**, conforme o caso, e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a **DETENTORA** tenha a receber da **ADE SAMP** ou por intermédio da retenção de créditos decorrentes do contrato até os limites do valor apurado, conforme o RICCAP e legislações aplicáveis.

**Parágrafo Décimo Terceiro**

Não havendo pagamento pela **DETENTORA**, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a devedora a processo judicial cabível.

#### **Parágrafo Décimo Quarto**

As penalidades deverão ser registradas de acordo com o RICCAP desta Agência.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente pela **ADE SAMPA**, de pleno direito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

- I. A **DETENTORA** não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços e da legislação;
- II. A **DETENTORA** não formalizar Termo de Contrato, quando cabível, decorrente da Ata de Registro de Preços, se a ADE SAMPA não aceitar sua justificativa;
- III. A **DETENTORA** der causa à rescisão administrativa dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- IV. A **DETENTORA** recusar-se ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na Ata;
- V. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- VI. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a **DETENTORA** não aceitar a redução;
- VII. Nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral, especialmente de acordo com o artigo 103 da Norma Complementar nº 01 do RICCAP;
- VIII. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela **ADE SAMPA**;
- IX. Quando ficar constatado que a **DETENTORA** perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

#### **Parágrafo Primeiro**

A Ata de Registro de Preços também poderá ser rescindida por conveniência da ADE SAMPA, por razões de interesse público, mediante justificativa, de modo que a detentora deverá ser cientificada da decisão no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias consecutivos, mantendo-se as obrigações constituídas na Ata até o fim da vigência.

#### **Parágrafo Segundo**

A comunicação da rescisão, nos casos previstos na Cláusula Oitava desta Ata de Registro de Preço, será feita pessoalmente, com aviso de recebimento, por correspondência, por meio eletrônico.

#### **Parágrafo Terceiro**

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da **DETENTORA**, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município de São Paulo, considerando-se rescindido o registro a partir da publicação.

**Parágrafo Quarto**

A **DETENTORA** poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, sem aplicação de penalidades, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

**Parágrafo Quinto**

A **Agência São Paulo De Desenvolvimento - ADE SAMPA** deliberará sobre a aceitabilidade da justificativa apresentada pela **DETENTORA**, importando a não aceitação na aplicação das sanções administrativas previstas nesta Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo Sexto**

O cancelamento ou a rescisão da Ata de Registro de Preços não implica a rescisão automática dos contratos e compromissos de fornecimento previamente firmados.

**Parágrafo Sétimo**

Na rescisão por culpa da **DETENTORA**, aplicar-se-á a penalidade de multa de 20% sobre o valor total registrado vigente a época.

**CLÁUSULA NONA - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A existência de preços registrados não obriga a **ADE SAMPA** a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de seleção específica para o fornecimento pretendido, devidamente justificada, sendo assegurada à **DETENTORA** do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

**Parágrafo Primeiro**

São peças integrantes da Ata de Registro de Preços n.º XXXXX o Edital mencionado no preâmbulo e seus Anexos e a Proposta Comercial apresentada pela **DETENTORA**.

**Parágrafo Segundo**

As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta Ata de Registro de Preço deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

**Parágrafo Terceiro**

Serão aceitas como prova de regularidade fiscal, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

**Parágrafo Quarto**

Todas as comunicações, notificações, avisos ou pedidos, à **DETENTORA**, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento da presente Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, serão dirigidos aos seguintes endereços eletrônicos (e-mail): **DETENTORA:** \_\_\_\_\_@\_\_\_\_\_.

**Parágrafo Quinto**

As publicações no Diário Oficial ocorrerão nos casos exigidos no edital e no RICCAP, sendo aplicado, subsidiariamente, a legislação pertinente.

**Parágrafo Sexto**

Para a execução desta Ata, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**Parágrafo Sétimo:** A **DETENTORA** declara ter pleno conhecimento da Lei nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais" – LGPD) e compromete-se a observar e a respeitar integralmente o dever de proteção de Dados Pessoais, inclusive no ambiente digital, assegurando o adequado Tratamento dessas informações. Obriga-se, ainda, a cumprir rigorosamente todas as condições, disposições e obrigações previstas na referida legislação e demais normas correlatas aplicáveis.

**Parágrafo Oitavo**

Fica eleito o foro do Município de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente ajuste.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
**AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO – ADE SAMPA**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

---

Nome:

RG:

CPF:

---

Nome:

RG:

CPF:



**ANEXO V**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO N.º [...]**

**PROCESSO N.º: 8710.2025/0000518-5**

**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N.º:**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º \_\_\_\_/2025**

**CONTRATO n.º \_\_\_\_/2025**

**TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE  
AGÊNCIA SÃO PAULO DE  
DESENVOLVIMENTO – ADE SAMPA E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_,  
CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, QUE  
INTEGRA O EDITAL DE LICITAÇÃO DO  
PRESENTE CONCORRÊNCIA, COMO ANEXO  
I.**

De um lado, a **AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO - ADE SAMPA**, Serviço Social Autônomo, pessoa jurídica de direito privado de fins não econômicos, de interesse coletivo e de utilidade pública, vinculada por cooperação à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (“SMDET”) da Prefeitura do Município de São Paulo, com sede na Rua Líbero Badaró nº 425, 11º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.154.061/0001-83, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nomeado pelo Prefeito da Cidade de São Paulo sob a Portaria nº XXXX de XX de XXXXX de XXXX e por seu/sua Diretor(a)-XXX, o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nomeado pelo Prefeito da Cidade de São Paulo sob a Portaria nº XXXX de XXX de XXXX de XXXX, no uso da competência conferida pelo seu Estatuto Social, ratificado pelo Decreto Municipal nº 54.661/2013; de outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, a seguir denominada “**CONTRATADA**”, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXXXX, bairro XXXXXXXXXXXXX, no Município de XXXXXXXXXXXXX, Estado de XXXXXXXXXXXXX – CEP XXXXX, inscrita no CNPJ/MF nº XXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por seu representante legal infra-assinado,, celebram este contrato com fundamento nos procedimentos de seu

Regulamento Interno de Compras, Contratações, Aliações e Parcerias da ADE SAMPA ("RICCAP") e demais normas complementares, celebram o **TERMO DE CONTRATO** ("Contrato"), mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam entre si, justo e acordado o presente Termo de Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços n.º....., mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

O objeto do presente contrato é a contratação de serviços especializados de Fábrica de Software, com pagamento por medição com base em Unidades de Remuneração Profissional (URPs), para manutenção evolutiva do Sistema Automático de Análise de Dados Espaciais (SAADE) por meio do desenvolvimento sob demanda de aplicações intensivas em dados de escopo previamente definido, com base no *data lake* e nas funcionalidades já disponibilizadas.

##### **Parágrafo Primeiro**

O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas no Edital, em todos os seus Anexos, neste instrumento de Contrato e na Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA** e aceita pela **ADE SAMPA**.

##### **Parágrafo Segundo**

O presente contrato será regido pelo RICCAP, podendo ser aplicada as demais legislações pertinentes, no caso de sua omissão.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido no artigo 93 da Norma Complementar I.

##### **Parágrafo Primeiro**

Caso a **CONTRATADA** não tenha interesse na prorrogação do Ajuste deverá comunicar este fato por escrito à **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade.

##### **Parágrafo Segundo**

A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

##### **Parágrafo Terceiro**

A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da ADE SAMPA, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

##### **Parágrafo Quarto**

A vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias da Prefeitura do Município de São Paulo para a manutenção das atividades da ADE SAMP A ou destinados à ADE SAMP A no contrato de gestão firmado com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (“SMDET”) da Prefeitura do Município de São Paulo ou decorrentes de outros contratos de gestão, parcerias e ajustes firmados.

**Parágrafo Quinto**

À **CONTRATANTE** é assegurado, visando o interesse público, o direito de exigir que a **CONTRATADA**, em qualquer hipótese de rescisão ou não prorrogação do ajuste, continue a execução do objeto, nas mesmas condições ajustadas, durante um período de até 30 (trinta) dias, a fim de evitar brusca interrupção.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

As despesas para a execução do objeto do presente contrato, onerarão as contas vinculadas à área requisitante da ADE SAMP A, devendo existir ateste orçamentário conforme a demanda.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTE:**

A **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo valor total de R\$ [...](...), durante o prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda.

**Parágrafo Primeiro**

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

**Parágrafo Segundo**

Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal n.º 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a **ADE SAMP A**, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

**Parágrafo Terceiro**

Os preços contratuais serão reajustados observada a periodicidade mínima anual que terá como termo inicial a data da assinatura do presente termo, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

**Parágrafo Quarto**

O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, nos termos do artigo 14 do RICCAP.

**Parágrafo Quinto**

Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos índices e da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

**Parágrafo Sexto**

Os contratos poderão ser acrescidos em até 50% do valor global atualizado, mediante justificativa detalhada que comprove a necessidade do acréscimo, análise técnica e econômica que demonstre sua vantajosidade, disponibilidade orçamentária e autorização da Diretoria Executiva.

§ 1º As supressões poderão ser realizadas de forma unilateral pela ADE SAMPA, limitadas à 50% (cinquenta por cento) do valor global atualizado do contrato, podendo ser superiores a esse percentual mediante acordo entre as partes, desde que devidamente justificadas.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

À **CONTRATADA**, além das obrigações constantes do **Termo de Referência**, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas no RICCAP, e, subsidiariamente, na legislação pertinente, cabe:

- I. Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
- II. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o **ADE SAMPA**;
- III. Cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;
- IV. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

- V. Dar ciência imediata e por escrito à **ADE SAMPA** de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- VI. Prestar à **ADE SAMPA**, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços;
- VII. Comunicar à ADE SAMPA toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização;
- VIII. Comparecer, sempre que solicitada, à sede da Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE SAMPA, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;
- IX. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à **ADE SAMPA** ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da **ADE SAMPA** em seu acompanhamento;
- X. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato;
- XI. Fornecer todos os bens com as devidas garantias dos equipamentos e seus acessórios;
- XII. Manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;
- XIII. Arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede da **ADE SAMPA**;
- XIV. Reexecutar os serviços sempre que solicitado pela **ADE SAMPA**, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis, no prazo solicitado;
- XV. Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- XVI. Manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;
- XVII. Prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida.
- XVIII. Além das previstas no Edital.

#### **Parágrafo Primeiro**

A **CONTRATADA** não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

#### **Parágrafo Segundo**

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Municipal nº 55.107/2014, a **CONTRATADA** se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

- I. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II. Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III. Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV. No tocante a licitações e contratos:
  - A. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - B. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - C. Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - D. Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente; Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - E. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
  - F. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

- G. Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

### **Parágrafo Terceiro**

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Quarta poderá submeter a **CONTRATADA** à rescisão unilateral do contrato, a critério da **ADE SAMPA**, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

À **CONTRATANTE** cabe, além das obrigações constantes do **Termo de Referência**, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas no RICCAP e, subsidiariamente, na legislação pertinente, cabe:

- I. Exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a **CONTRATADA**, comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- II. Fornecer à **CONTRATADA** todos os dados e informações necessários à execução do objeto do Contrato;
- III. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;
- IV. Permitir aos técnicos e profissionais da **CONTRATADA** acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste Contrato, observadas as normas de segurança;
- V. Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- VI. Encaminhar a AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO - ADE SAMPA as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- VII. Informar a AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO - ADE SAMPA quando a **CONTRATADA** não atender as condições no contrato, bem como sobre as penalidades aplicadas.
- VIII. Além das previstas no Edital.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

O pagamento dos serviços prestados será realizado na seguinte forma:

5. O pagamento dos serviços será realizado exclusivamente após a entrega e aceitação dos serviços e ou projetos solicitados pela Contratante.
6. O valor será calculado com base na quantidade de URPs efetivamente consumidas, de acordo com os perfis de profissionais envolvidos e aprovados previamente.
7. O valor total estimado para o presente contrato corresponderá a 20.000 (vinte mil) URPs, sendo os pagamentos efetuados proporcionalmente às URPs efetivamente utilizadas e aprovadas pela Ordens de Serviço, até o limite estabelecido.
8. Pagamentos variáveis, conforme a quantidade de URPs efetivamente consumidas na execução dos serviços ou projetos, detalhadas nos respectivos relatórios finais;
  - 4.1. O efetivo pagamento está condicionado à aprovação prévia dos relatórios finais pela Contratante.
  - 4.2. Os pagamentos serão realizados de forma variável, exclusivamente após a entrega e aprovação formal, pela Contratante, conforme a quantidade de URPs efetivamente utilizadas na execução dos projetos. Se o Banco indicado para recebimento for o Banco do Brasil, poderá o pagamento ser realizado por meio de transferência identificada de valores, diretamente realizada na conta corrente do prestador de serviço.
  - 4.3. A ADE SAMPA reserva-se o direito de suspender o pagamento se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

#### **Parágrafo Primeiro**

O pagamento poderá ocorrer via boleto bancário com o valor correspondente ao período efetivamente executado, ou via transferência bancária, cabendo à **CONTRATADA**, em ambos os casos, informar os dados bancários para pagamento, em conta de sua titularidade.

#### **Parágrafo Segundo**

A nota fiscal disponibilizará o preço em moeda corrente nacional.

#### **Parágrafo Terceiro**

Nos casos em que os bens entregues não estejam em conformidade com as quantidades e especificações previstas para o objeto, conforme disposto no Termo de Referência, os **pagamentos serão suspensos** até que os problemas sejam integralmente sanados, sem que a **CONTRATADA** faça jus qualquer direito à multa ou correção monetária.

#### **Parágrafo Quarto**

A Nota Fiscal Eletrônica/Nota Fiscal Fatura deverá ser emitida e encaminhada à **CONTRATANTE**, através do fiscal do contrato.



#### **Parágrafo Quinto**

Caso a Nota Fiscal Eletrônica contenha divergências com relação ao estabelecido neste contrato, a CONTRATANTE ficará obrigada a comunicar à CONTRATADA, formalmente, o motivo da não aprovação no prazo de 05 (cinco) dias úteis. A devolução da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, devidamente, regularizada pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em até 05 (cinco) dias úteis da data de comunicação formal realizada pela CONTRATANTE.

#### **Parágrafo Sexto**

Em caso de atraso de pagamento dos valores devidos à **CONTRATADA**, mediante requerimento formalizado por esta, incidirão juros moratórios calculados utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

#### **Parágrafo Sétimo**

Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal da Fazenda, quanto às normas referentes ao pagamento dos fornecedores.

#### **Parágrafo Oitavo**

A Contratada deve garantir a inexistência de qualquer restrição em suas certidões de regularidade fiscal durante a vigência contratual. Eventual situação de irregularidade não impede o pagamento, se o objeto tiver sido executado e devidamente atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes à aplicação das penalidades cabíveis à CONTRATADA.

#### **Parágrafo Nono**

Sem prejuízo dos demais documentos exigidos pela legislação pertinente, notadamente as portarias da Secretaria Municipal de Fazenda, a CONTRATADA deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

- Comprovante de inexistência de registros no CADIN Municipal, disponível no site da Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo;
- Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários;
- Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, disponível no portal da Secretaria Estadual da Fazenda;

- Certidão Negativa de Falência ou Concordata, disponível no portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ou outro Tribunal relativo à sede da **CONTRATADA**;
- Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS-CRF), disponibilizado no portal da Caixa Econômica Federal;
- Prova de regularidade trabalhista, com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), disponível no portal da Justiça do Trabalho;
- Certidão de regularidade de débito com a Receita Federal, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Relatório mensal, caso necessário
- Quaisquer outros documentos que a **CONTRATANTE** considerar pertinente para comprovar a regularidade fiscal da **CONTRATADA**.

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de qualquer restrição, em nome da **CONTRATADA**, em suas certidões fiscais e trabalhistas, especialmente no CADIN MUNICIPAL, os quais deverão ser consultados por ocasião da realização de cada pagamento.

#### **Parágrafo Décimo**

Constatando-se a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da **ADE SAMPA**.

#### **Parágrafo Décimo primeiro**

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a **ADE SAMPA** aplicará multa conforme previsto no Edital

#### **Parágrafo Décimo Segundo**

Persistindo a irregularidade, a **ADE SAMPA** adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa.

#### **Parágrafo Décimo Terceiro**

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação, sem prejuízo de aplicação da multa prevista no item II da Cláusula Décima.

#### **Parágrafo Décimo Quarto**

A **CONTRATADA** deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes, nos termos da Portaria SF nº 170/20 ou outra que vier a substituir:

- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRC DO FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou outra equivalente na forma da lei;
- d) Certidão Negativa de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo;
- e) Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo;
- f) Comprovante Informativo Municipal – CADIN;
- g) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada.

#### **Parágrafo Décimo Quinto**

A **CONTRATANTE** não aceitará recibo como documento fiscal.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução dos serviços será feita conforme disposto no Termo de Referência e demais anexos do Edital do procedimento de seleção que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

#### **Parágrafo Primeiro**

A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização pela **CONTRATANTE**, o qual deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.

#### **Parágrafo Segundo**

O recebimento e aceite do objeto pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente.

#### **CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A **ADE SAMPA** exercerá a fiscalização dos serviços por intermédio de funcionário da **ADE SAMPA**, a ser indicado por instrumento próprio no processo SEI, de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

##### **Parágrafo Primeiro**

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte da **ADE SAMPA**.

##### **Parágrafo Segundo**

A ausência de comunicação, por parte da **CONTRATANTE** referente a irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.

##### **Parágrafo Terceiro**

Nenhuma tolerância da **CONTRATANTE** quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

Pela inexecução total ou parcial, do objeto do contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, respeitado o contraditório e garantida a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas **faltas leves**, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.
  - A. Na reincidência, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato.
- II. Multa, conforme previsão no presente instrumento.
- III. Suspensão de participar de processos de seleção para contratação ou licitar e contratar com a respectiva **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 6 (seis) anos..

##### **Parágrafo Primeiro**

À **CONTRATADA** que comportar-se de modo inidôneo durante a execução contratual, será aplicada a penalidade de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, cumulada com o

impedimento de participar de processos de seleção para contratação ou licitar e contratar com a Contratante pelo prazo de até 6 (seis) anos.

**Parágrafo Segundo**

A inexecução parcial do contrato ensejará a incidência de multas conforme tabelas de infrações abaixo:

**Tabela 1:**

| Referência geral para Multas   |                |      |
|--|----------------|------|
| Descrição  | Referência     | Grau |
| Ultrapassar o limite de 5 dias úteis para informar cronograma de execução de serviços após o recebimento da OS para novos serviços que venham a ser implementados  | Por ocorrência | 01   |
| Atraso para o início da prestação do serviço.<br>Percentual será aplicado por cada dia de atraso.  | Por ocorrência | 05   |
| Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados  | Por ocorrência | 05   |
| Indicação de função de preposto de forma cumulativa com atribuições de execução do serviço.  | Por ocorrência | 06   |
| Não substituir em até 5 dias úteis o profissional que seja considerado inapto para os serviços a serem prestados, seja por incapacidade técnica comprovada, atitude inconveniente, falta de urbanidade ou que venha a transgredir as normas disciplinares da CONTRATANTE<br>Acumular 2 (duas) advertências no período de 30 (trinta) dias. | Por ocorrência | 04   |
| Não efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste CONTRATO  | Por ocorrência | 01   |

|   |                |    |
|---|----------------|----|
| Na hipótese de rescisão contratual por inexecução total do CONTRATO.  | Por ocorrência | 06 |
| Na hipótese de descumprimento da Garantia de serviços.  | Por ocorrência | 06 |
| Não apresentar documentação exigida da empresa ou dos profissionais.  | Por ocorrência | 05 |
| Deixar de prestar quaisquer informações solicitadas no prazo estipulado.                                      | Por ocorrência | 01 |
| Deixar de realizar transição plena do CONTRATO, com total transferência de conhecimento.                      | Por ocorrência | 01 |
| Omitir da fiscalização qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços                              | Por ocorrência | 06 |
| Dificultar a ação da fiscalização ou o cumprimento de orientações e atendimento a solicitações da CONTRATANTE | Por ocorrência | 05 |
| Prestar serviço com baixa qualidade, desrespeitando os acordos de nível de serviço                            | Por ocorrência | 04 |

**Tabela 2:** Os graus de sanções administrativas seguem as seguintes penalidades:

| Graus de Sanções Administrativas |   |
|----------------------------------|---|
| Grau                             | Correspondência                           |
| 1                                | Advertência escrita                       |
| 2                                | Multa de até 1% sobre o valor do contrato |
| 3                                | Multa de até 2% sobre o valor do contrato |

|          |  |
|----------|--|
| <b>4</b> | Multa de até 4% sobre o valor do contrato  |
| <b>5</b> | Multa de até 8% sobre o valor do contrato  |
| <b>6</b> | Multa de até 16% sobre o valor do contrato |

**Parágrafo Terceiro**

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à ADE SAMPA, observado o princípio da proporcionalidade.

**Parágrafo Quarto**

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão..

**Parágrafo Quinto**

As sanções administrativas são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras

**Parágrafo Sexto**

O prazo para pagamento das multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

**Parágrafo Sétimo**

Conforme o caso, e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a DETENTORA empresa tenha a receber da CONTRATANTE ou por intermédio da retenção de créditos decorrentes do contrato até os limites do valor apurado, conforme o RICCAP e legislações aplicáveis.

**Parágrafo Oitavo**

Não havendo pagamento pela DETENTORA, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a devedora a processo judicial cabível.

**Parágrafo Nono**

As penalidades deverão ser registradas de acordo com o RICCAP desta Agência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADE**

Na aplicação das penalidades previstas neste contrato deverão observar os seguintes procedimentos:

- I. Proposta de aplicação da pena, formulada pelo fiscal ao gestor do contrato, por comunicação formal, mediante caracterização da infração imputada ao contratado;
- II. Acolhida a proposta de aplicação de penalidade pelo gestor, intimar-se-á o contratado, com aviso de recebimento, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa;
- III. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação para apresentar defesa, que será avaliada pelo gestor do contrato;
- IV. Mantida a intenção de aplicação de penalidade, será instruído processo SEI para manifestação jurídica sobre as razões de defesa;
- V. Após, será promulgada decisão do gestor ou diretor da unidade gestora vinculado à ADE SAMPA, devendo ser enviada à CONTRATADA por comunicação com aviso de recebimento;
- VI. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação para interposição de recurso, o qual será decidido pela Diretoria Executiva, decidindo-se definitivamente, ou não, pela aplicação da penalidade.

#### **Parágrafo Primeiro**

Sendo a CONTRATADA notificada da aplicação das sanções e transcorrido o prazo sem interposição de recurso, executar-se-á a penalidade aplicada.

#### **Parágrafo Segundo**

O procedimento aqui estabelecido aplicar-se-á também à solicitação de extinção unilateral do contrato pela ADE SAMPA, podendo haver procedimento simultâneo quanto à aplicação de penalidade decorrente do mesmo fato.

#### **Parágrafo Terceiro**

Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível a expressa manifestação do gestor do contrato.

#### **Parágrafo Quarto**

A contagem dos prazos seguirá o estabelecido no artigo 12 do RICCAP.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

A rescisão do Contrato poderá ocorrer mediante distrato consensual ou unilateral, através de comunicação prévia e escrita da outra parte no prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos.

#### **Parágrafo Primeiro**

Os casos de rescisão contratual serão formalmente justificados.



### **Parágrafo Segundo**

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante, respeitado o contraditório e garantida a ampla defesa, tendo em vista a ocorrência das seguintes condições:

- I. Não atendimento aos termos contratuais;
- II. Recorrência de aplicação de multas;
- III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA; que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. Decretação de falência ou de insolvência civil e dissolução da CONTRATADA;
- V. Caracterização de inexecução total dos serviços;
- VI. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

### **Parágrafo Terceiro**

A rescisão por culpa da contratada PODERÁ acarretar as seguintes consequências, sem prejuízo das penalidades previstas:

- I. Retenção dos valores decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;
- II. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

### **Parágrafo Quarto**

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratada mediante a ocorrência das seguintes situações:

- I. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido neste contrato;
- II. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela CONTRATANTE;
- V. Não liberação, pela CONTRANTE, nos prazos ajustados entre as partes, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento.
- VI. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato

#### **Parágrafo Quinto**

As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do parágrafo anterior:

- I. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- II. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

#### **Parágrafo Sexto**

Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e ainda:

- I. Devolução da garantia;
- II. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão, com finalização das obrigações que ainda estiverem em andamento;
- III. Pagamento do custo da desmobilização, se for o caso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

Será vedada a subcontratação do total ou de parte dos serviços objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

A **CONTRATADA**, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei Federal nº 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados dos municípios que serão acompanhados no escopo deste contrato.

##### **Parágrafo Primeiro - Conformidade**

As Partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), sob prejuízo da Parte infratora responderá pelas perdas e danos que comprovadamente der causa.

##### **Parágrafo Segundo - Co Controladora**

As Partes, em razão do objeto e das obrigações previstas neste instrumento, sempre que assumam conjuntamente a totalidade ou parte das decisões relevantes sobre o tratamento de Dados Pessoais, ou por uma das Partes em benefício de ambas ou para cumprimento das finalidades aqui descritas, atuarão como co controladoras no referido tratamento.

### **Parágrafo Terceiro**

Cada Parte deve assegurar que quaisquer dados pessoais que forneça à outra Parte tenham sido obtidos em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados e deverão tomar as medidas necessárias, incluindo, sem limitação, o fornecimento de informações, envio de avisos e inclusão de informações nas respectivas Políticas de Privacidade e demais documentos aplicáveis, bem como obtenção de consentimento dos titulares dos dados pessoais, quando aplicável, para assegurar que a outra Parte tenha o direito de processar tais dados pessoais.

### **Parágrafo Quarto**

A Parte que venha a fazer qualquer tipo de uso dos Dados Pessoais para outras finalidades que não aquelas descritas neste instrumento, agirá, em relação a tal tratamento, como Controladora Independente dos Dados Pessoais, assumindo integral responsabilidade pela legalidade e legitimidade de tal tratamento. O disposto não limita ou prejudica qualquer obrigação de confidencialidade ou de sigilo legal que tenha sido assumida pela Parte Receptora ou à qual esteja obrigada em relação a esses Dados Pessoais.

### **Parágrafo Quinto - Dados Pessoais Sensíveis**

As partes reconhecem que os Dados Pessoais Sensíveis estão sujeitos a um maior rigor, portanto, exigem maior proteção técnica e organizacional. Assim, quando houver operações de Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis, deve ser garantido que as proteções técnicas apropriadas, aptas a manter a integridade, confidencialidade e segurança destas informações sejam implementadas, como, por exemplo, mas não limitando a criptografia.

### **Parágrafo Sexto - Programa de Segurança e Governança de Dados**

As Partes se comprometem a instituir e manter um programa abrangente de segurança e governança de dados pessoais. Esse programa deverá estabelecer controles técnicos e administrativos apropriados para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos Dados Pessoais objeto de Tratamento, além de garantir a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados e demais normas que versem sobre privacidade e proteção de dados pessoais.

### **Parágrafo Sétimo - Medidas de Segurança**

A **CONTRATADA** instituiu medidas de segurança de acordo com o disposto pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e espera que a **CONTRATANTE** desenvolva ou esteja em fase

de implantação de medidas cabíveis de segurança e governança de dados pessoais, para proteger as informações pessoais tratadas, inclusive, mas não se limitando à confidencialidade, integridade e disponibilidade dos Dados Pessoais.

**Parágrafo Oitavo - Direitos dos Titulares**

As Partes serão responsáveis, quando agirem como Controladoras, conjunta ou independente, pelo recebimento, processamento e atendimento das solicitações de exercício de direitos dos titulares dos dados pessoais, devendo a outra Parte cooperar para isso quando os dados pessoais sejam por ela tratados, conforme disposto nesta Cláusula.

**Parágrafo Nono**

Sempre que solicitado por uma das Partes, a outra Parte deverá auxiliar no atendimento das requisições realizadas por titulares em relação aos Dados Pessoais tratados para as finalidades deste instrumento, providenciando todas as informações solicitadas pela outra Parte de forma imediata ou no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, justificando os motivos da demora.

**Parágrafo Décimo**

Em relação aos tratamentos independentes, em que cada Parte conste como Controladora independente, ou quando uma das Partes venha a ser qualificada como Operadora e a outra como Controladora, a Parte classificada como Controladora independentemente aquele tratamento específico ficará responsável pelo atendimento à solicitação do titular de dados. Caso uma Parte venha a receber uma solicitação pela qual não seja responsável, por não realizar tal tratamento ou por ser mera Operadora de tal tratamento, ficará responsável por direcionar o titular dos Dados Pessoais para que faça sua solicitação à Parte correta.

**Parágrafo Décimo Primeiro - Responsabilidade pelos Operadores**

As Partes concordam em supervisionar os seus Operadores e qualquer outra Parte agindo em seu nome para que estes apenas realizem o Tratamento de dados seguindo as instruções fornecidas pela Parte responsável pela subcontratação, assumindo esta responsabilidade integral por todos os atos e omissões do subcontratado, assim como pelos danos, qualquer que seja sua natureza, deles decorrentes.

**Parágrafo Décimo Segundo - Transferência Internacional**

Caso seja necessária a transferência internacional de Dados Pessoais para o cumprimento do presente instrumento, as Partes deverão implementar as medidas de segurança necessárias para a garantia da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais transferidos.

**Parágrafo Décimo Terceiro - Incidentes de Segurança**

Na ocorrência de qualquer Incidente de Segurança, conforme definido abaixo, que envolva Dados Pessoais compartilhados com base neste instrumento, a Parte que venha a tomar conhecimento de tal ocorrência deverá: a) comunicar a outra Parte sobre o ocorrido imediatamente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da ciência do Incidente de Segurança, sendo permitindo, ainda, complementar as informações em prazo ser oportunamente ajustado entre as Partes; b) consultar a outra Parte sobre medidas a serem adotadas no tratamento do Incidente de Segurança; e c) Colaborarem as Partes para, conjuntamente e na medida de suas respectivas responsabilidades, limitar o alcance do vazamento, impedir novas ocorrências, bem como mitigar, eliminar, indenizar ou de outra forma tratar os efeitos do Incidente de Segurança.

#### **Parágrafo Décimo Quarto - Responsabilidades**

A parte infratora será responsável por quaisquer reclamações, perdas e danos, despesas processuais judiciais, administrativas e arbitrais, em qualquer instância ou tribunal, que venham a ser ajuizadas em face da parte inocente, multas, inclusive, mas não se limitando àquelas aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, além de qualquer outra situação que exija o pagamento de valores pecuniários, quando os eventos que levaram a tais consequências decorrerem de: (i) descumprimento, pela parte infratora, ou por terceiros por ele contratados, das disposições expostas neste instrumento; (ii) qualquer exposição acidental ou proposital de dados pessoais; (iii) qualquer ato da parte infratora ou de terceiros por ela contratados, em discordância com a legislação aplicável à privacidade e proteção de dados.

#### **Parágrafo Décimo Quinto - Término do Tratamento**

Ao término da relação entre as Partes, as Partes comprometem-se a eliminar, corrigir, anonimizar, armazenar e/ou bloquear o acesso às informações, em caráter definitivo ou não, que tiverem sido tratadas em decorrência deste instrumento para as Finalidades comuns das Partes, salvo permissão legal para a manutenção desse tratamento, estendendo-se essa obrigação a eventuais cópias desses Dados Pessoais. Mesmo após a rescisão deste instrumento ou de outros acordos celebrados entre as Partes, as obrigações das Partes perdurarão enquanto ela tiver acesso, estiver em posse ou conseguir realizar qualquer operação de tratamento com os Dados Pessoais envolvendo informações fornecidas pela outra Parte.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Fica ajustado, ainda, que:

I. Consideram-se partes integrantes do presente Contrato, como se nele estivessem transcritos:

- A. O Edital mencionado no preâmbulo e seus Anexos;
- B. A Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**;

II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições normativas indicadas no preâmbulo deste Termo de Contrato e demais disposições regulamentares pertinentes.

**Parágrafo único**

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pela **ADE SAMPA** e pela **CONTRATADA**, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO - ADE SAMPA**

\_\_\_\_\_  
Diretor-Presidente

\_\_\_\_\_  
Diretor-Administrativo

**CONTRATADA:**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

**TESTEMUNHAS:**

---

Nome:

RG:

CPF:

---

Nome:

RG:

CPF: